

A GAZETA

especial

QUARTA-FEIRA
22 DE MARÇO DE 2006
PROJETO DE MARKETING



Dia Mundial da Água

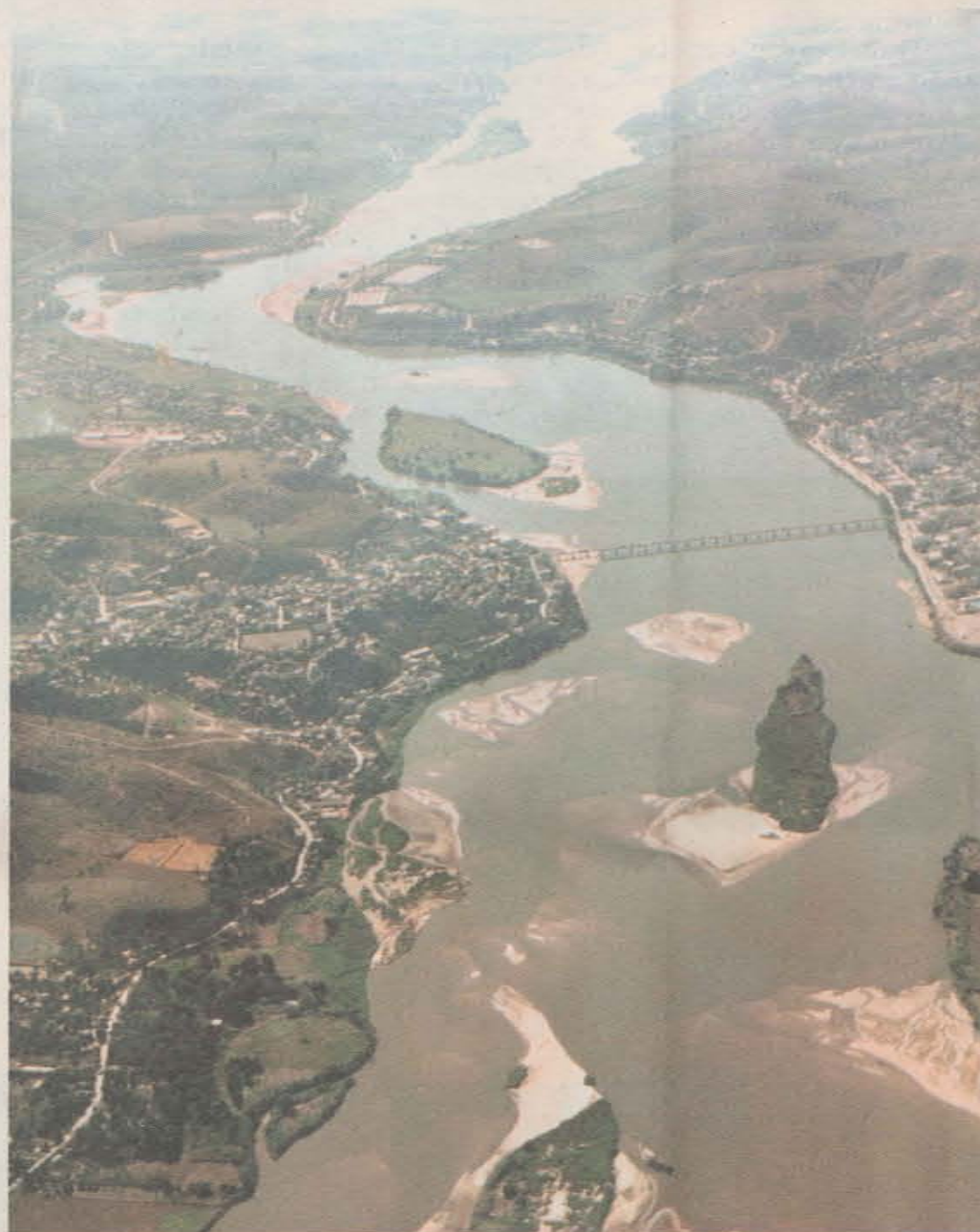
AJ13539.1





O governador Paulo Hartung informou que o governo está elaborando o Plano Estadual de Recursos Hídricos, para assegurar uma utilização racional da água

Falando durante a abertura do Encontro das Águas, o governador Paulo Hartung afirmou que a escassez dos recursos hídricos pode ser um dos obstáculos ao desenvolvimento do Espírito Santo. Segundo Hartung, “não nos cabe uma visão apenas de preservar o que sobrou, mas de recuperar e estabelecer um grande e competente modelo de gerenciamento dos recursos hídricos no Estado”. O diretor-geral da Rede Gazeta, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Neto, que também participou do encontro, disse que “o assunto desperta interesse não só de ambientalistas, mas também da população em geral, tamanha a repercussão para a qualidade de vida das gerações futuras”. O prefeito Marco Aurélio de Souza, de Jacareí, São Paulo, mostrou no evento, a experiência do Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.



Colatina vai sediar o II Fórum das Águas do Rio Doce, de 29 a 31 próximos. (Página 8)

Estado faz campanha para estimular usuários a requerer a outorga

Página 4

Arranjos produtivos consomem grande quantidade de água

Página 6

Cesan amplia investimentos em obras de saneamento básico

Página 7

Bacia do Córrego Sossego pode virar modelo de gestão de recursos hídricos

Página 8

A13539-2



Kikina Sessa

Representantes de setores governamentais e da sociedade civil organizada assistiram às palestras e debates realizados durante o Encontro das Águas, no último dia 7, no auditório da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Fines)



Encontro das Águas busca soluções para preservação dos recursos hídricos

DEBATEDORES APRESENTARAM SOLUÇÕES PARA TORNAR VIÁVEL
A UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS HÍDRICOS CAPIXABAS

Motivados pelo interesse em debater as soluções viáveis para a utilização sustentável dos recursos hídricos no Espírito Santo, estudantes, pesquisadores, representantes de setores governamentais e da sociedade civil organizada, participaram do Encontro das Águas, evento realizado no último dia 7, no auditório da Federação das Indústrias (Fines).

O evento, que teve como tema 'Água e o Desenvolvimento Econômico e Social do Espírito Santo' foi resultado de

parceria entre o Jornal A GAZETA, Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan) e o Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema).

OFERTA HÍDRICA, ARRANJOS PRODUTIVOS E DESENVOLVIMENTO

As discussões giraram em torno de dois painéis: 'Oferta Hídrica e sua Relação com os Arranjos Produtivos no Espírito Santo' e 'Água como Fator de Desenvolvimento'. Os palestrantes foram o diretor do Instituto Futura, Or-

lando Caliman; o professor doutor Edimilson Teixeira, da Ufes; o professor doutor Paulo Canedo, da Coppe/RJ e, ainda Marco Aurélio Souza, prefeito de Jacareí (SP) e presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, e José Edil Benedito, superintendente de Tecnologia e Capacitação da Agência Nacional de Águas.

Em todas as palestras foram apresentadas soluções que podem ser viáveis para a utilização sustentável dos recursos hídricos no Estado. Mas, para que isso aconteça é

necessário planejar a gestão dos recursos hídricos, de forma a garantir quantidade e qualidade para atender às necessidades da população e do setor produtivo.

Os painéis foram mediados pelo superintendente do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa do Espírito Santo (Sebrae-ES), João Felício Scárdua, e pela secretária de Estado do Meio Ambiente, Maria da Glória Brito Abaurre.

OBSTÁCULOS

O governador Paulo Har-

tung participou da abertura do evento e afirmou que a escassez dos recursos hídricos pode ser um dos obstáculos ao desenvolvimento do Espírito Santo. Segundo Hartung, "não nos cabe uma visão apenas de preservar o que sobrou, mas de recuperar e estabelecer um grande e competente modelo de gerenciamento dos recursos hídricos no Estado".

Em seu pronunciamento, o governador Paulo Hartung citou o projeto Espírito Santo 2025, um planejamento estratégico de longo prazo, que vai preparar o

Estado para garantir a qualidade do desenvolvimento nos próximos 20 anos. "Um dos maiores desafios que temos pela frente está ligado à disponibilidade de água doce. Não nos cabe apenas preservar o que restou. Temos a tarefa de recuperar nossos mananciais, tão degradados ao longo dos anos".

Hartung lembrou, também, que o Governo está elaborando o Plano Estadual de Recursos Hídricos, que prevê um conjunto de diretrizes, metas e programas para assegurar o uso racional da água.

governamentais e da sociedade civil organizada, participaram do Encontro das Águas, evento realizado no último dia 7, no auditório da Federação das Indústrias (Fines).

O evento, que teve como tema 'Água e o Desenvolvimento Econômico e Social do Espírito Santo' foi resultado de

OPERAÇÃO TUBERIA, ARRANJOS PRODUTIVOS E DESENVOLVIMENTO

As discussões giraram em torno de dois painéis: 'Oferta Hídrica e sua Relação com os Arranjos Produtivos no Espírito Santo' e 'Água como Fator de Desenvolvimento'. Os palestrantes foram o diretor do Instituto Futura, Or-

ba do Sul, e José Edil Benedito, superintendente de Tecnologia e Capacitação da Agência Nacional de Águas.

Em todas as palestras foram apresentadas soluções que podem ser viáveis para a utilização sustentável dos recursos hídricos no Estado. Mas, para que isso aconteça é

pelo superintendente do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa do Espírito Santo (Sebrae-ES), João Felício Scárdua, e pela secretária de Estado do Meio Ambiente, Maria da Glória Brito Abaurre.

OBSTÁCULOS

O governador Paulo Har-

servar o que sobrou, mas de recuperar e estabelecer um grande e competente modelo de gerenciamento dos recursos hídricos no Estado".

Em seu pronunciamento, o governador Paulo Hartung citou o projeto Espírito Santo 2025, um planejamento estratégico de longo prazo, que vai preparar o

tarefa de recuperar nossos financeiros, tão degradados ao longo dos anos".

Hartung lembrou, também, que o Governo está elaborando o Plano Estadual de Recursos Hídricos, que prevê um conjunto de diretrizes, metas e programas para assegurar o uso racional da água.

Rede Gazeta destaca importância dos debates sobre água

Para o diretor-geral da Rede Gazeta, Carlos Lindenberg Neto, a discussão em torno do uso racional da água está cada vez mais presente nos debates sobre desenvolvimento sustentável. "O assunto desperta interesse não só de ambientalistas, mas também da população em geral, tamanha a repercussão para a qualidade de vida das gerações futuras."

"Ao promover o Encontro das Águas - disse o diretor da Rede Gazeta - cumpre a missão de fomentar o debate e levar a seu público informações, análises e diferentes pontos-de-vista, para que ele possa formar opinião e se posicionar diante do tema, contribuindo assim para o fortalecimento da democracia e da sociedade".

SUSTENTABILIDADE

Na abertura do evento, a secretária Estadual para Assuntos de Meio Ambiente, Maria da Glória Brito Abaurre, destacou que o encontro é uma forma de promover o desenvolvimento com sustentabilidade no Espírito Santo, ação que é fortalecida pelas parcerias formadas entre o Governo e a sociedade.

Entre os presentes es-



Adriano Souza
Carlos Fernando Monteiro
Lindenberg Neto

tavam a secretária de Estado de Desenvolvimento de Infra-estrutura e dos Transportes, Rita Camata; o presidente da Assembleia Legislativa, César Colnago; o presidente da Câmara Municipal de Vitória, Alexandre Passos; o presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes), Guerino Balestrassi; o presidente da Fines, Lucas Izoton e o presidente da Cesan, Paulo Ruy Carnelli acompanhado de diretores e gerentes da empresa.

A história de duas gotas

Trabalho de conclusão do curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental do Cefetes, a peça teatral 'A História de Duas Gotas', encenada pelas tecnólogas Idenisia Magacho e Ronieli Barbosa da Silva, que representam as duas gotas "Gota Nísia e Gota Roni", aborda o ciclo do uso da água

desde a sua captação até o correto tratamento e destinação final dos efluentes.

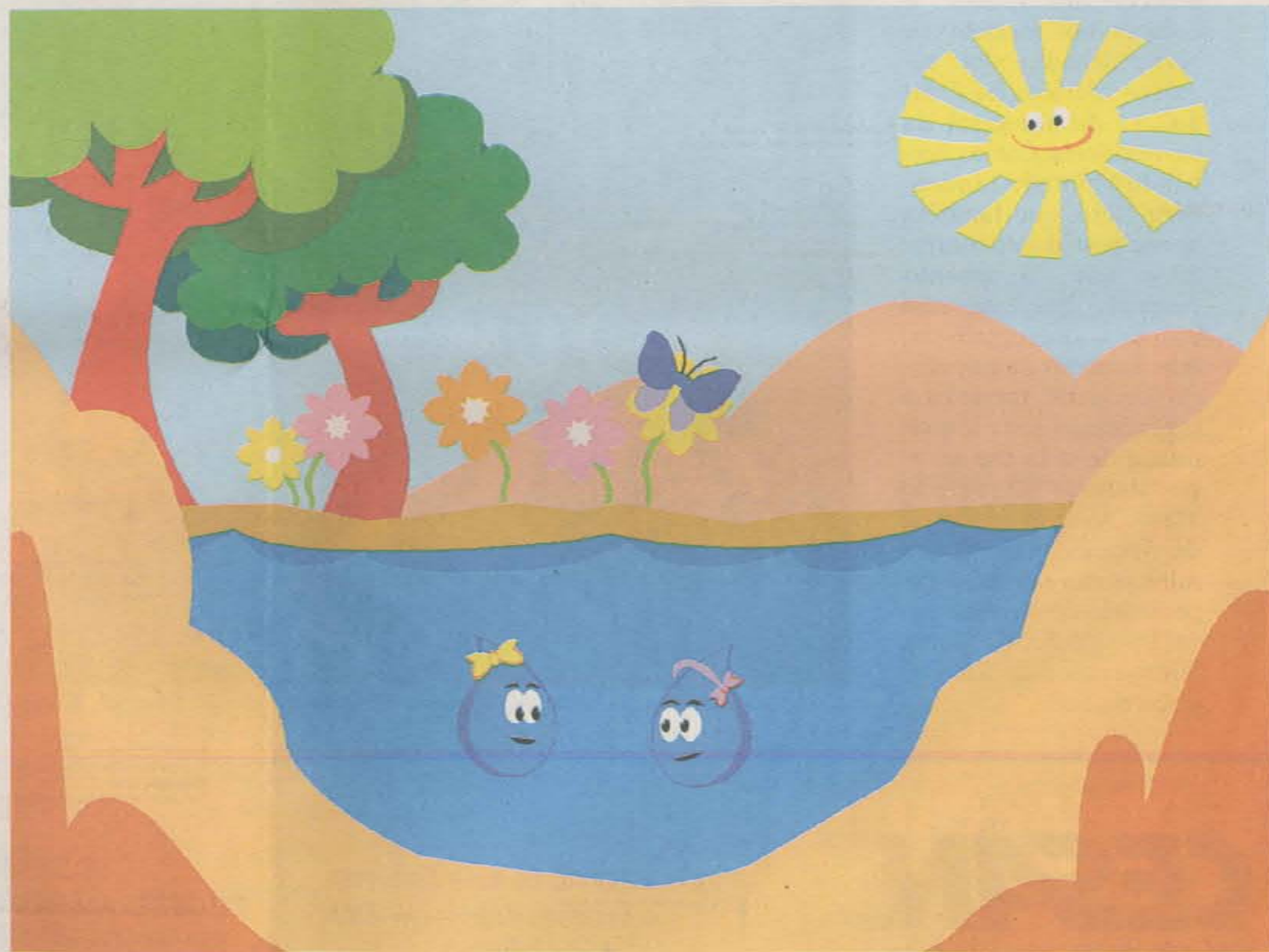
Utilizando uma linguagem simples, porém com o cuidado de se aplicar a terminologia técnica utilizada na área de estudo, a história desenvolvida pode ser utilizada como um importante instrumento de

educação ambiental, de forma a sensibilizar a sociedade para as questões voltadas à conservação e recuperação dos recursos hídricos.

ABRANGÊNCIA

O teatro apresentado também contempla aspectos importantes, como a geração exagerada de resíduos, as princi-

pais doenças de veiculação hídrica, os múltiplos usos da água, além de mostrar ao público como simples atitudes podem interferir positivamente no ciclo do uso da água, pois as questões ambientais não devem ser vistas de forma isolada e sim fazer parte da vida cotidiana de todos os indivíduos.



A história de "Nísia e Roni" aborda o ciclo do uso da água desde a sua captação até o correto tratamento e destinação

Reprodução: Kikina Sessa

Outorga é garantia de desenvolvimento

OBJETIVO É GARANTIR AO INVESTIDOR QUE HAVERÁ ÁGUA DISPONÍVEL HOJE E NO FUTURO, PARA A SUSTENTABILIDADE DO NEGÓCIO

Você sabe o que é outorga pelo uso da água? É o documento que assegura ao usuário o direito de utilizar os recursos hídricos. Esse instrumento é visto como uma das soluções para garantir a disponibilidade e preservação de água e é defendido como instrumento de planejamento do desenvolvimento econômico dos estados.

No evento Encontro das Águas, o professor Paulo Canedo, da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ), fez uma palestra sobre o tema 'A Outorga como Instrumento de Auxílio ao Planejamento do Desenvolvimento Econômico do Estado do Espírito Santo'.

CANEDO DESTACA IMPORTÂNCIA DA OUTORGA PARA O DESENVOLVIMENTO

Em sua explanação, Canedo

destacou a importância da outorga para a promoção do desenvolvimento. "A outorga é uma garantia para o investidor de que haverá água disponível, hoje e no futuro, para a sustentabilidade do negócio", afirmou. O professor também defende a cobrança. "Espera-se que a cobrança gere racionalização do uso da água. É conveniente que a cobrança seja orientada por metas de qualidade de água", disse.

Nas bacias capixabas, o instrumento de outorga já está em vigor, mas a cobrança não deverá ser utilizada. O objetivo é conscientizar os usuários e criar incentivos para o uso racional e a preservação dos recursos hídricos. No Estado do Rio de Janeiro e nas bacias dos rios Paraíba do Sul e PCJ (Piracicaba, Capivari e Jun-

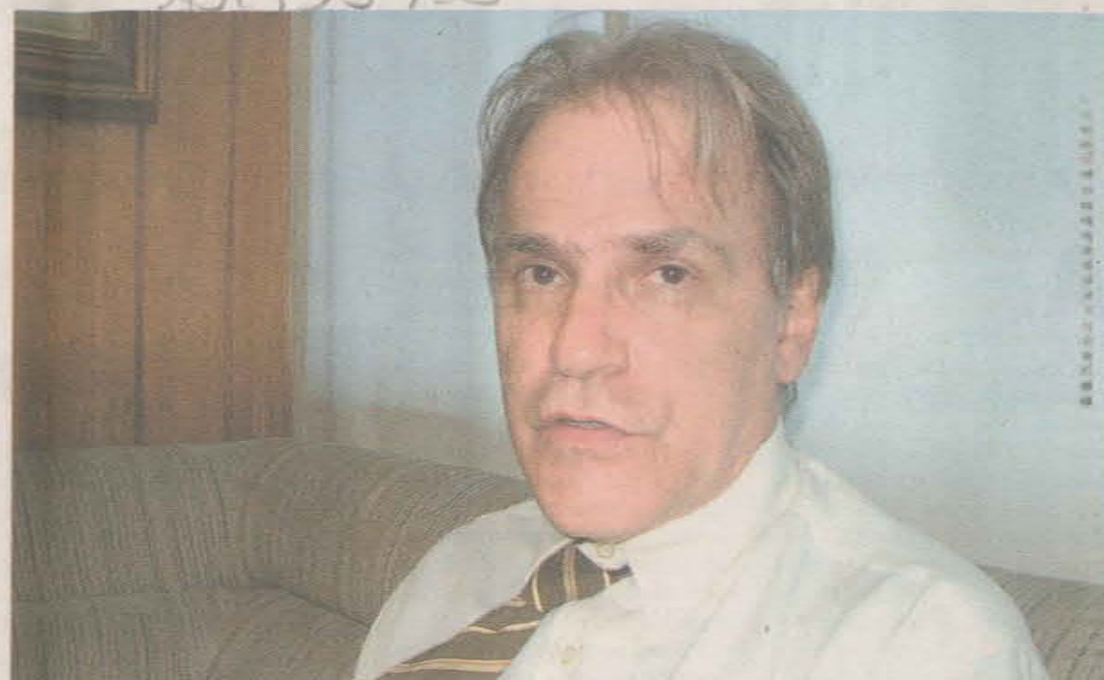
diai) se fez a opção pela cobrança.

O professor Canedo recomenda que todos os atores envolvidos no processo sejam sensibilizados para o fato de que todos os instrumentos devem ser planejados simultaneamente, embora eles possam ser implantados um a cada tempo, de forma independente. Esses instrumentos de gestão são: enquadramento, alocação, outorga, cobrança e monitoramento.

QUALIDADE

O enquadramento dos corpos d'água não deve, necessariamente, estar baseado no seu estado atual, mas nos níveis de qualidade que deveriam e que deverão possuir, para atender às necessidades da comunidade.

Canedo recomenda um esforço considerável na montagem de



Kikina Sessa

Segundo Paulo Canedo, a outorga é uma garantia para o investidor de que haverá água disponível, hoje e no futuro

um cadastro minimamente confiável e abrangente dos usuários da água. Uma alternativa rápida e eficiente é o cadastramento

com base nas informações fornecidas pelo próprio usuário, num espelho do que ocorre com a Declaração de Renda - Mode-

lo Simplificado distribuído e recolhido via internet. Bacia por bacia, ou por grupos de bacias hidrográficas.

Instrumentos para a gestão das águas

Alocação, outorga, enquadramento, monitoramento e cobrança. Estes são os instrumentos da gestão dos recursos hídricos. Este modelo não é definitivo e cada Estado tem autonomia para adotar os instrumentos que melhor lhe convenha. A outorga, por exemplo, já foi adotada em quase todos os estados brasileiros. Apenas o Amazonas, Acre e Roraima não a instituíram.

Cada instrumento tem a sua função. Segundo o professor Paulo Canedo, a alocação de água na bacia é um instrumento de responsabilidade central dos comitês, mas sua quantificação deve ser debatida com todos os envolvidos no processo hídrico da região. É importante consi-

ENQUADRAMENTO

Esse instrumento estabelece o nível de qualidade que o corpo d'água deve manter ou atingir para atender às ne-

cessidades da comunidade ao longo do tempo.

Há ainda a fiscalização e monitoramento que são necessários para acompanhar

todo o processo do gerenciamento. Por fim, a cobrança de tarifas feita ao usuário que retirar a água diretamente do rio. Essa cobrança é imple-

mentada após negociação com os usuários e aprovação pelo Comitê. A cobrança se dá com o objetivo de incentivar a racionalização do uso

da água e obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.

UNIDADES HIDROGÁFICAS DO ESPÍRITO SANTO

SÃO MATEUS

Área de drenagem: 7.846 Km²
 Área correspondente ao estado do Espírito Santo
 População total: 255.600 hab.
 Principais atividades econômicas
 - Agropecuária
 - Mineração
 - Extração de petróleo
 - Indústria e destilaria de álcool
 Áreas de Conservação (Federais e Estaduais)
 - Parque Estadual de Itaúnas
 - Área de Proteção Ambiental de Conceição da Barra
 - Área de Proteção Ambiental de Pedra do Elefante
 Comitês e Consórcios
 - Comitê do Rio São Mateus (Proposta de criação)

SANTA MARIA DA VITÓRIA

ITAÚNAS

Área de drenagem: 4.391 Km²
 Área correspondente ao estado do Espírito Santo
 População total: 95.670 hab.
 Principais atividades econômicas
 - Pecuária extensiva
 - Agricultura irrigada
 - Silvicultura
 - Mineração
 - Indústria de destilaria de Alcool
 - Turismo
 - Pesca
 Áreas de Conservação (Federais e Estaduais)
 - Reserva Biológica de Córrego Grande
 - Reserva Biológica Córrego do Veado
 - Parque Estadual de Itaúnas
 Floresta Nacional do Rio Preto



foi adotada em quase todos os estados brasileiros. Apenas o Amazonas, Acre e Roraima não a instituíram.

Cada instrumento tem a sua função. Segundo o professor Paulo Canedo, a alocação de água na bacia é um instrumento de responsabilidade central dos comitês, mas sua quantificação deve ser debatida com todos os envolvidos no processo hídrico da região. É importante considerar a alocação de água como o primeiro grande pacto de repartição de água na bacia hidrográfica, que fornecerá diretrizes gerais para a outorga e para a definição de regras operativas de reservatórios.

CRITÉRIOS PARA ALOCAÇÃO

Vale ressaltar que a alocação é feita, em geral, por grandes áreas e setores usuários, sem considerar diretamente as imediatas demandas individuais de cada usuário, pois tal consideração será abordada pelo instrumento de outorga.

A alocação de água de uma bacia é um processo dinâmico, uma vez que as demandas surgem e se extinguem, crescem e decrescem com o tempo. O professor defende que a alocação de água consiga absorver as variações temporais das demandas por longos anos. "De tempos em tempos a alocação ou repartição global da água na bacia deverá ser revista, de modo a garantir a boa performance do conjunto da bacia".

OUTORGA

Depois de alocadas as águas da bacia é necessário atender às demandas individuais de cada um dos usuários. Isso significa que, considerando a alocação, é preciso que cada usuário, individualmente, seja oficialmente autorizado a fazer uso da água pretendida.

Essa tarefa será realizada pela outorga, instrumento de responsabilidade do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), que após análise técnica e considerando a alocação, autoriza o usuário a fazer uso de um determinado volume de água do rio, sob as limitações descritas nos termos da outorga.

No processo de outorga, o Iema levará em conta todos os planos de desenvolvimento estadual e as políticas públicas, de modo a fazer do uso da água uma alavanca de progresso econômico e social da região. Nesse sentido, os dois instrumentos, alocação e outorga, são complementares.

SÃO MATEUS

Área de drenagem: 7.846 Km²
Área correspondente ao estado do Espírito Santo
População total: 255.600 hab.
Principais atividades econômicas
- Agropecuária
- Mineração
- Extração de petróleo
- Indústria e destilaria de álcool
Áreas de Conservação (Federais e Estaduais)
- Parque Estadual de Itaúnas
- Área de Proteção Ambiental de Conceição da Barra
- Área de Proteção Ambiental de Pedra do Elefante
Comitês e Consórcios
- Comitê do Rio São Mateus (Proposta de criação)

SANTA MARIA DA VITÓRIA

Área de drenagem: 1.844 Km²
Área correspondente ao estado do Espírito Santo
População total: 884.061 hab.
Principais atividades econômicas
- Abastecimento humano
- Agropecuária
- Geração de energia
- Turismo
- Indústrias
- Pesca profissional
Áreas de Conservação (Federais e Estaduais)
- Área de Proteção Ambiental do Mestre Álvaro
- Área de Proteção Ambiental de Praia Mole
- Reserva biológica de Duas Bocas
Comitês e Consórcios
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria da Vitória (Proposta de criação)

ITAPEMIRIM

Área de drenagem: 5.920 Km²
Área correspondente ao estado do Espírito Santo
População total: 472.663 hab.
Principais atividades econômicas
- Agropecuária
- Mineração (mármore e granito)
- Indústrias (Alcool e açúcar)
Áreas de Conservação (Federais e Estaduais)
- Parque Estadual de Forno Grande
- Parque Estadual de Pedra Azul
- Parque Estadual de Mata das Flores
- Parque Estadual da Cachoeira da Fumaça
- Área de Proteção Ambiental de Guanambý
- Parque Nacional do Caparaó
- Floresta Nacional de Pacotuba
Comitês e Consórcios
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itapemirim (Proposta de criação)

ITABAPOANA

Área de drenagem: 2.955 Km²
Área correspondente ao estado do Espírito Santo
População total: 248.147 hab.
Principais atividades econômicas
- Agricultura (café, cana-de-açúcar e fruticultura)
- Pecuária leiteira
- Pesca
- Extrativismo mineral
Áreas de Conservação (Federais e Estaduais)
- Parque Nacional do Caparaó
Comitês e Consórcios
- Consórcio Rio Itabapoana

GUARAPARI

Área de drenagem: 321 Km²
Área correspondente ao estado do Espírito Santo
População total: 99.700 hab.
Principais atividades econômicas
- Turismo
- Pesca
Áreas de Conservação (Federais e Estaduais)
- Área de Proteção Ambiental de Setiba
- Parque Estadual Paulo César Vinha
- Estação Ecológica de Concha D'Ostra
Comitês e Consórcios
- Não há nenhum comitê ou consórcio para esta unidade hidrográfica administrativa

BENEVENTE

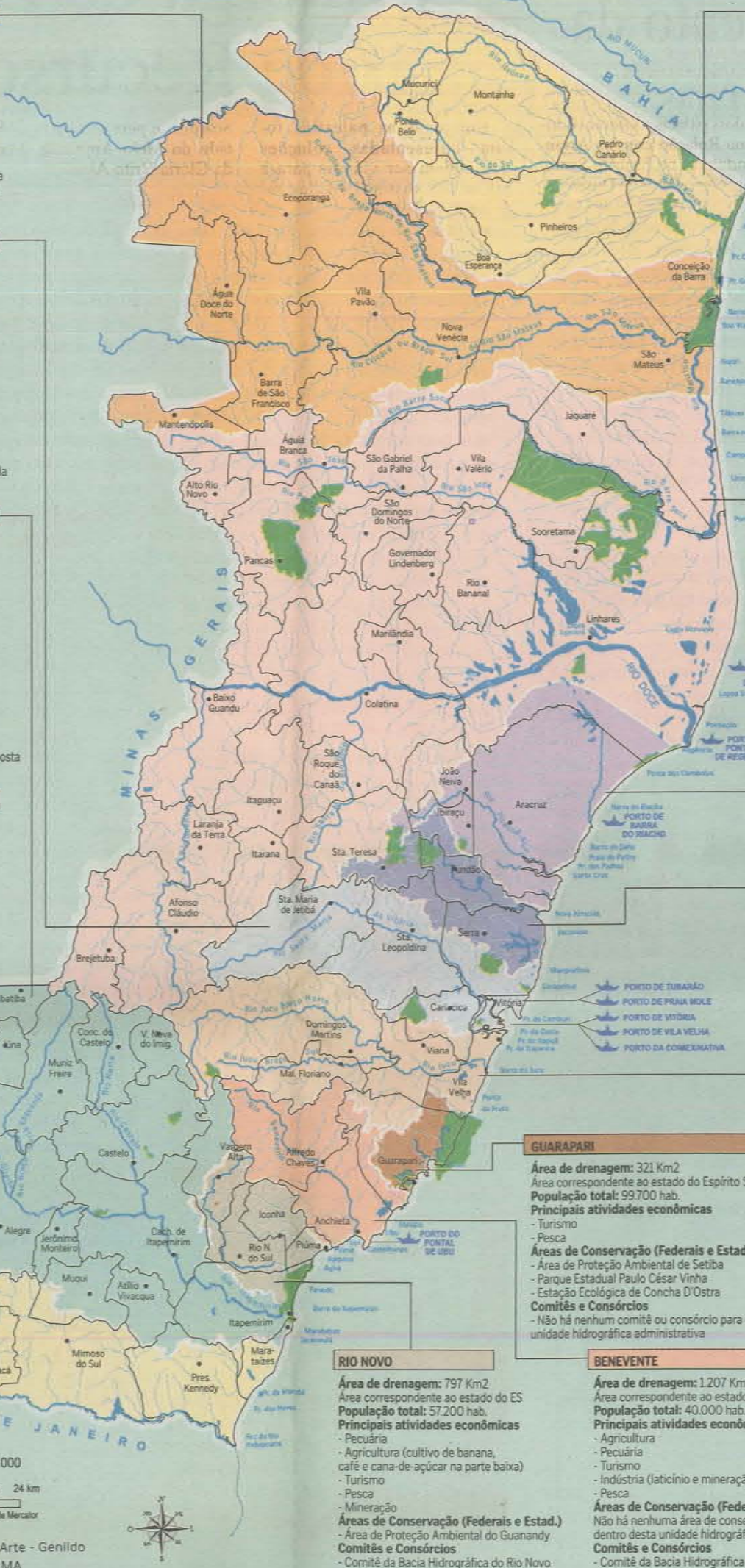
Área de drenagem: 1.207 Km²
Área correspondente ao estado do ES
População total: 40.000 hab.
Principais atividades econômicas
- Agricultura
- Pecuária
- Turismo
- Indústria (latínio e mineração)
- Pesca
Áreas de Conservação (Federais e Estaduais)
Não há nenhuma área de conservação federal ou estadual dentro desta unidade hidrográfica administrativa
Comitês e Consórcios
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Benevente

RIO NOVO

Área de drenagem: 797 Km²
Área correspondente ao estado do ES
População total: 57.200 hab.
Principais atividades econômicas
- Pecuária
- Agricultura (cultivo de banana, café e cana-de-açúcar na parte baixa)
- Turismo
- Pesca
- Mineração
Áreas de Conservação (Federais e Estad.)
- Área de Proteção Ambiental do Guanandy
Comitês e Consórcios
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Novo

JUCU

Área de drenagem: 2.220 Km²
Área correspondente ao estado do Espírito Santo
População total: 500.689 hab.
Principais atividades econômicas
- Pecuária
- Agricultura
- Indústrias
- Turismo
- Geração de energia
Áreas de Conservação (Federais e Estaduais)
- Parque Estadual Ilha das Flores
- Parque Estadual de Pedra Azul
- Área de Proteção Ambiental de Setiba
- Parque Estadual Paulo César Vinha
- Área de Proteção Permanente Morro da Concha
Comitês e Consórcios
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jucu (Proposta de criação)



ITAÚNAS

Área de drenagem: 4.391 Km²
Área correspondente ao estado do Espírito Santo
População total: 95.670 hab.
Principais atividades econômicas
- Pecuária extensiva
- Agricultura irrigada
- Silvicultura
- Mineração
- Indústria de destilaria de Alcool
- Turismo
- Pesca
Áreas de Conservação (Federais e Estaduais)
- Reserva Biológica de Córrego Grande
- Reserva Biológica Córrego do Veado
- Parque Estadual de Itaúnas
- Floresta Nacional do Rio Preto
Comitês e Consórcios
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas

DOCE

Área de drenagem: 15.668 Km²
Área correspondente ao estado do Espírito Santo
População total: 514.000 hab.
Principais atividades econômicas
- Frigoríficos
- Indústria têxtil
- Agricultura
- Piscicultura e pesca
- Geração de Energia Elétrica
- Indústrias alimentícias e de celulose
- Mineração
- Silvicultura
Áreas de Conservação (Federais e Estaduais)
- Área de Pres. Permanente Fazenda Goytacazes
- Reserva Biológica de Sooretama
- Reserva Biológica de Comboios
- Reserva Biológica Augusto Ruschi
- Floresta Nacional de Goytacazes
- Estação Biológica de São Lourenço
- Estação Biológica de Santa Lúcia
- Parque Nacional do Caparaó
- Parque Nacional dos Pontões Capixabas
- Reserva Natural de Linhares (CVRD)
Comitês e Consórcios
- Comitê da Bacia Hidr. do Rio S. Maria do Rio Doce
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce
- Consórcio Rio Guandu

RIACHO

Área de drenagem: 2.003 Km²
Área correspondente ao estado do Espírito Santo
População total: 103.600 hab.
Principais atividades econômicas
- Indústria de Celulose
Áreas de Conservação (Federais e Estaduais)
- Reserva Biológica de Comboios
- Reserva Biológica Augusto Ruschi
- Arie Morro da Vargem
Comitês e Consórcios
- Consórcio Rio Piraquê-Açu

REIS MAGOS

Área de drenagem: 915 Km²
Área correspondente ao estado do Espírito Santo
População total: 213.500 hab.
Principais atividades econômicas
- Agropecuária (café, arroz e feijão)
- Indústria de ferro gusa
- Criação de animais
Áreas de Conservação (Federais e Estaduais)
- Área de Proteção Ambiental do Mestre Álvaro
- Área de Proteção Ambiental de Goiapaba-Açu
- Reserva Biológica Augusto Ruschi
- Arie Morro da Vargem
Comitês e Consórcios
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jacaraipe

JUCU

Área de drenagem: 2.220 Km²
Área correspondente ao estado do Espírito Santo
População total: 500.689 hab.
Principais atividades econômicas
- Pecuária
- Agricultura
- Indústrias
- Turismo
- Geração de energia
Áreas de Conservação (Federais e Estaduais)
- Parque Estadual Ilha das Flores
- Parque Estadual de Pedra Azul
- Área de Proteção Ambiental de Setiba
- Parque Estadual Paulo César Vinha
- Área de Proteção Permanente Morro da Concha
Comitês e Consórcios
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jucu (Proposta de criação)

Legenda

- PORTOS
- Rio/lagos
- Divisa municipal
- Sede municipal
- Áreas de Conservação

ESCALA 1:800 000
8 km 0 8 16 24 km
Projeção Universal Transversa de Mercator
A Gazeta - Ed. de Arte - Geniido
Fonte: IEMA - IBAMA



Estado fará campanha para intensificar outorga

A CONCESSÃO JÁ ESTÁ FUNCIONANDO NO ESPÍRITO SANTO DESDE O ANO PASSADO

A outorga é o primeiro instrumento de gestão das águas que está em pleno funcionamento no Espírito Santo. Prevista na Lei Estadual de Águas, ela foi implementada em outubro do ano passado. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama) e o Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) planejam uma campanha para informar aos usuários a necessidade de se requerer a outorga, visto que até o momento apenas uma foi concedida e outros 16 pedidos estão em andamento.

De acordo com a legislação, a partir do momento que se tem a outorga funcionando, se o usuário não se regularizar ele fica sujeito a penalidades. "Por enquanto, nossa atitude está sendo a de orientar", disse o gerente de Recursos Hídricos do Iema, Fábio Ahnert.

CONCESSÃO DA OUTORGA É GRATUITA

O usuário não tem nenhum custo para solicitar a outorga. No Estado, ela pode ser solicitada diretamente no Iema pelos usuários que fazem a captação no rio, como produtores rurais que usam irrigação, fazem uma barragem

ou uma mudança no curso do rio, e pelas companhias de saneamento, entre outros previstos na legislação.

Já a cobrança pelo uso da água, que é um instrumento previsto na política nacional e estadual de recursos hídricos, não está em vigor. "Aqui no Espírito Santo o entendimento é de que ela tem que surgir por uma decisão de base, da sociedade da bacia e não uma imposição do governo", afirma Ahnert.

Caberá ao comitê da bacia hidrográfica decidir quem vai pagar, quando, quanto e de que forma. "Se a decisão for tomada pelo comitê terá mais força para funcionar. Por isso, nosso empreendimento hoje é de fortalecer as bacias hidrográficas com o máximo de informações, para que os planos tenham consistência, e fortalecer nossa rede de monitoramento". O Iema possui hoje 75 pontos de monitoramento nos principais rios do Espírito Santo.

MONITORAMENTO

São monitorados nove parâmetros de qualidade de água. A previsão é de que o número de pontos de monitoramento sejam ampliados, bem como os parâmetros, passando a medir também a quantidade de água.



Kikina Sessa

Fábio Ahnert, do Iema, disse que por enquanto o Governo está apenas orientando sobre a necessidade da outorga para uso da água

Ahnert adverte para comprometimento da saúde dos rios

Na opinião do gerente do Iema, a saúde dos rios no Estado está comprometida não

ma e o Iema fecharam um acordo de cooperação técnica com a secretaria Nacional

Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos

APRESENTAÇÃO

A outorga de direito de uso de recursos hídricos é um dos instrumentos das políticas Nacional (Lei

também, um instrumento importante para minimizar os conflitos entre os diversos setores usuários.

O direito de uso da água não sig-

subterrâneo;

- Lançamento de efluentes em corpo de água;

- Intervenções que visem ao con-

saúde dos rios

Na opinião do gerente do Iema, a saúde dos rios no Estado está comprometida não só por causa do esgoto, mas também dos sedimentos, que causam o assoreamento. "Para garantir o futuro e a qualidade do desenvolvimento econômico do Estado é preciso que se tenha uma boa saúde dos rios".

A expectativa, segundo Ahnert, é a de que os comitês de bacias hidrográficas estejam estruturados para auxiliar nesse trabalho de cadastramento dos usuários, e na divulgação dos instrumentos de gestão das águas. O comitê é um colegiado organizado, com a participação de vários setores para gerenciar a água de forma descentralizada, integrada e com a presença de todos os membros que estejam envolvidos diretamente com o uso da água.

COMITÊS

Hoje, no Espírito Santo estão compostos cinco comitês de bacias hidrográficas: Itaúnas, Santa Maria do Doce, Jacaraípe, Benevente e Rio Novo. Em processo de criação estão os comitês do Rio Itapemirim, do Guandu e do Santa Maria da Vitória e Jucu. Também está em funcionamento o do Rio Doce, que é um comitê interestadual.

Para complementar esse processo de gerenciamento dos recursos hídricos, a Sea

ma e o Iema fecharam um acordo de cooperação técnica com a secretaria Nacional de Recursos Hídricos, visando a implementar o Plano Estadual de Recursos Hídricos.

De acordo com Fábio Ahnert, o plano estará afinado com o planejamento estratégico de longo prazo que o Governo do Estado está elaborando, que é o Espírito Santo 2025. "Ou seja, como o tema central do evento do Encontro das Águas foi a água como fator de desenvolvimento econômico, sabemos que o Estado vive hoje um momento de intenso crescimento e queremos garantir que seja sustentável."

Dados indicam que o setor privado vai investir este ano R\$ 7 bilhões no Estado. Como praticamente todo arranjo produtivo depende da água é preciso ter garantia da disponibilidade dos recursos hídricos.

Além da elaboração do plano estadual é feito um plano para cada bacia. No Espírito Santo são 12 bacias hidrográficas: Itaúnas, São Mateus, Doce, Riacho, Reis Magos, Santa Maria da Vitória, Jucu, Guarapari, Benevente, Rio Novo, Itapemirim e Itabapoana. Esses planos serão elaborados dentro do Projeto Águas Limpas, pois há recursos destinados à elaboração das diretrizes para todos os planos de bacias do Estado.

de Recursos Hídricos

APRESENTAÇÃO

A outorga de direito de uso de recursos hídricos é um dos instrumentos das políticas Nacional (Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997) e Estadual (Lei Estadual nº 5.818, de 30 de dezembro de 1998) de Recursos Hídricos.

No Espírito Santo, os critérios gerais sobre a outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio estadual foram estabelecidos por meio da Resolução Normativa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH nº 005, de 15 de julho de 2005. Os procedimentos administrativos e critérios técnicos referentes à outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio estadual foram estabelecidos pela Instrução Normativa IEMA nº 019, de 04 de outubro de 2005.

OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

A outorga de direito de uso de recursos hídricos é o ato administrativo mediante o qual o poder público outorgante faculta ao outorgado (usuário requerente) o direito de uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, por prazo determinado, nos termos e nas condições expressas no respectivo ato administrativo. É o documento que assegura ao usuário o direito de utilizar os recursos hídricos.

OUTORGA PREVENTIVA

A outorga preventiva não confere direito de uso de recursos hídricos e se destina a reservar a vazão passível de outorga, possibilitando, aos investidores, o planejamento de empreendimentos que necessitem desse recurso.

IMPORTÂNCIA DA OUTORGA

A outorga é um instrumento necessário para o gerenciamento dos recursos hídricos, pois permite o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água, possibilitando uma distribuição mais justa e equilibrada desse recurso. Através da outorga também é possível garantir o efetivo exercício dos direitos de acesso aos recursos hídricos por parte dos usuários interessados. É,

também, um instrumento importante para minimizar os conflitos entre os diversos setores usuários.

O direito de uso da água não significa que o usuário seja o proprietário da mesma ou que ocorra alienação desse recurso. Portanto, a outorga poderá ser suspensa, parcial ou totalmente, em casos de escassez ou de não cumprimento pelo outorgado dos termos de outorga previstos nas regulamentações, ou por necessidade premente de se atenderem aos usos prioritários e de interesse coletivo.

ÓRGÃOS COMPETENTES PARA EMISSÃO DA OUTORGA

Compete ao Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) outorgar o direito de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio estadual. São de domínio estadual as águas subterrâneas e as águas superficiais dos cursos de água que escoam desde sua nascente até a foz passando apenas por um Estado.

Compete à Agência Nacional de Águas (ANA), outorgar o direito de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União. São de domínio da União as águas dos rios e lagos que banham mais de um Estado, fazem limite entre estados ou entre o território do Brasil e o de um país vizinho.

MODALIDADES DE OUTORGA

Concessão: destinada à pessoa jurídica quando o uso do recurso hídrico se destinar à finalidade de utilidade pública.

Autorização: destinada à pessoa jurídica ou física quando o uso do recurso hídrico não se destinar à finalidade de utilidade pública.

Permissão: destinada à pessoa jurídica ou física sem destinação de uso com finalidade de utilidade pública e que produzam efeito insignificante no corpo d'água.

Usos da água que dependem de outorga

De acordo com a Lei Estadual nº 5.818/98, estão sujeitos à outorga os seguintes usos de recursos hídricos:

- Captação de água superficial;
- Captação de água de aquífero

subterrâneo;

- Lançamento de efluentes em corpo de água;

- Intervenções que visem ao controle de cheias (retificação, canalização, barramento e obras similares);

- Aproveitamentos hidrelétricos;
- Barragem em cursos de água com e sem captação;

- Outras interferências que alterem o regime, a qualidade ou quantidade das águas (pontes, bueiros, dragagem).

Usos e interferências que devem ser outorgados, conforme Instrução Normativa IEMA 019/05

- Captação de águas superficiais em rios, córregos, lagoas, etc;

- Barramentos em cursos de água;

- Desvio, canalização, retificação ou dragagem de curso de água;

- Construção de obras hidráulicas como pontes e bueiros;

- Outros usos que alterem a qualidade, a quantidade ou o regime de um curso de água.

Usos que, inicialmente, devem ser apenas cadastrados, conforme Instrução Normativa Iema 019/05

Inicialmente, o Iema não fará emissão de outorga para todos os usos previstos na legislação. Até que seja publicada instrução normativa em contrário, os seguintes usos e interferências em recursos hídricos deverão ser apenas cadastrados junto ao Iema através de Formulário de Cadastro específico:

- Captações em corpos de água subterrâneos;

- Lançamentos de efluentes em corpos de água;

- Aproveitamentos de potenciais hidrelétricos;

- Derivações e captações de corpos de água superficiais inferiores ou iguais a 2,0 l/s;

- Barramentos em corpos de água superficiais, sem captação, enquadrados como Tipo I pelo Decreto nº 1.318-R, de 29 de abril de 2004;

- Barramentos em corpos de água superficiais, com captação, enquadrados como Tipo I pelo Decreto nº 1.318-R, de 29 de abril de 2004, e volume máximo captado igual ou inferior a 180 m³/dia.

A GAZETA especial

COORDENADOR DE CADERNOS ESPECIAIS
José Carlos Corrêa
jcorrea@redgazeta.com.br

EDITOR RESPONSÁVEL:
Paulo Maia
pmaia@redgazeta.com.br

Publicidade:
Vitória: (27) 3321-8346
Cachoeiro (28) 3522-8705 - (28) 3522-8544
Colatina: (27) 3721-0882 - (27) 3721-4979
Linhares (27) 3371-0408 - (27) 3371-4118
Guarapari (27) 3361-1835 - (27) 3362-0448
S. Mateus (27) 3363-2567 - (27) 3763-1833

EDITOR DE ARTE
Paulo nascimento

DIAGRAMADOR
Thiago Silva Christo

Gestão de recursos hídricos é desafio no Brasil

CAPACITAÇÃO E TECNOLOGIA SÃO FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA QUE SE CONSIGA OBTER SUCESSO QUANDO SE TRATA DE CUIDAR DA PRESERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS MANANCIAIS DO PAÍS, QUE SOFREM TODO TIPO DE AGRESSÕES

A implementação da gestão dos recursos hídricos no Brasil é um desafio. Ela defronta-se com a necessidade de conhecimentos científicos e tecnológicos em relação aos recursos hídricos, ao mesmo tempo em que depende de formação e treinamento de pessoal, em todos os níveis, para fazer face às tarefas que se impõem com a Lei das Águas - 9.433/97.

Para tratar desse assunto, o superintendente de Tecnologia e Capacitação da Agência Nacional das Águas (ANA), José Edil Benedito, participou do Encontro das Águas e apresentou o trabalho que tem sido desenvolvido nesse sentido.

PESQUISA CIENTÍFICA PARA APOIAR AÇÕES

Segundo José Edil, a Superintendência de Tecnologia e Capacitação tem como missão promover, apoiar e implementar programas e projetos de pesquisa cien-

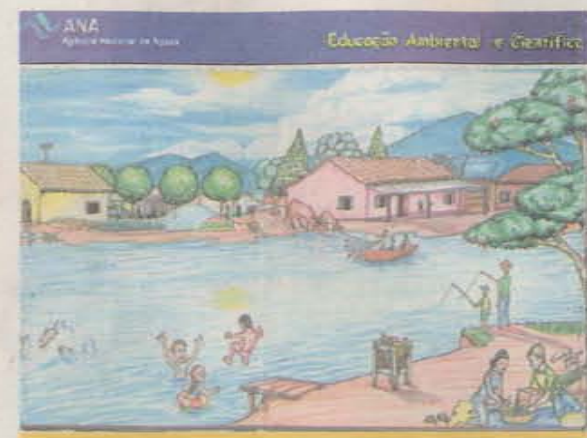
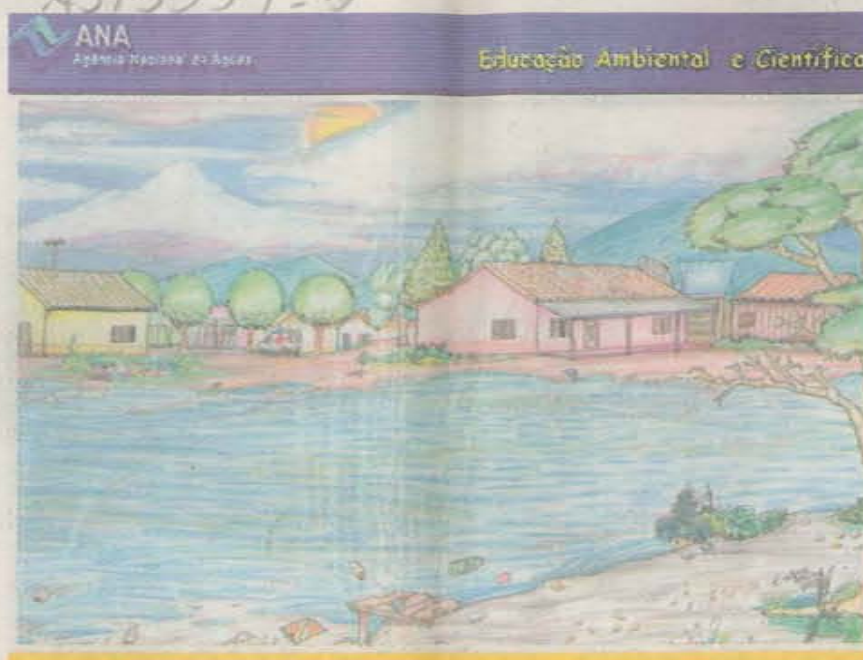
tífica e tecnológica, de capacitação e treinamento de pessoal, e de educação ambiental, voltados para o conhecimento, uso sustentável, conservação e gestão integrada dos recursos hídricos.

O desenvolvimento dessas atividades se dá de forma articulada com as demais superintendências da Agência e com organismos externos de fomento à pesquisa e de ensino.

DESAFIO

“Esse é o grande desafio a ser enfrentado para que a Agência possa desenvolver um trabalho bem orientado, inovador e gerador de resultados sólidos para a gestão e o uso sustentável dos recursos hídricos”, afirma.

O Fundo Setorial de Recursos Hídricos (CT-Hidro), criado no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia e gerido por um Comitê Gestor, no qual a ANA tem representação, é fundamental para a realização desse trabalho.



Reprodução: Kikina Sessa

Com as figuras acima, José Edil mostrou a situação de um rio poluído e como seria o cenário de um rio livre das agressões ambientais, tão comuns hoje em dia

Fundo financia investimentos que promovam a defesa e preservação de mananciais

O CT-Hidro tem por finalidade fomentar as atividades de ciência e tecnologia voltadas para o conhecimento, proteção, uso sustentável e gestão de recursos hídricos. Utiliza recursos oriundos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.

Para dar consistência a um programa tão vasto, o foco do CT-Hidro tem se voltado para algumas áreas específicas de in-

vestimentos, bem como concentrar esforços em bacias hidrográficas prioritárias. Isto envolve um esforço de prospecção do potencial de oferta de tecnologias, identificando lacunas na capacidade instalada do País e sugerindo parcerias com instituições de pesquisa, órgãos gestores de recursos hídricos e o setor produtivo.

RECURSOS HUMANOS SÃO CAPACITADOS

A área de Capacitação da Superintendên-

cia tem como tarefa fundamental elaborar e implementar projetos, programas e atividades voltadas à capacitação de recursos humanos para a gestão de recursos hídricos.

Os objetivos são promover a capacitação dos recursos humanos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos nos diversos níveis (conselhos de recursos hídricos, comitês de bacias, agências de água, orga-

nizações da sociedade civil, setores usuários), visando a uma maior eficiência na gestão integrada e compartilhada deste recurso natural.

Já a estratégia da ANA em educação para recursos hídricos trabalha o enfoque orientado à solução de problemas da comunidade; o enfoque interdisciplinar dos problemas; a participação da comunidade e o caráter permanente, orientado para o futuro.

Fundo Setorial de Recursos Hídricos (CT-Hidro)

- Foi instituído pela Lei nº 9.993/2000
- Objetivos: financiar projetos científicos e de desenvolvimento tecnológico, visando o conhecimento, a conservação e o uso sustentável dos recursos hídricos, e a prevenção e defesa contra fenômenos hidrológicos críticos naturais ou devidos ao uso inadequado de recursos naturais
- Áreas prioritárias para financiamento: pesquisa e desenvolvimento. Indicadores em Ciência e Tecnologia no ES (Plataforma Lattes) - 2002
- Seis grupos atuantes na pesquisa de recursos hídricos.
- Nove doutores na área de conhecimento.
- Um curso de pós-graduação (nível Capes 04).
- O Estado teve a captação de sete projetos no CT-Hidro em 2004, no montante de R\$ 917 mil ou 1,36 % do total aplicado no período. Disponibilidade Hídrica do Espírito Santo (m3/hab/ano)
- Estimada em 7.235 m3/hab/ano, é considerado rico (>5.000)

Para você ter uma pequena amostra do que o Iema faz pela preservação da água, saiba que ele cuida daqui.

E daqui.

E daqui.

E daqui.

E daqui.

E daqui.

E daqui.

E daqui.

E daqui.

E daqui.

E daqui.

22 de março. Dia Mundial da Água.

O Iema – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – trabalha na execução das políticas ambientais traçadas pela Seama – Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. O Instituto é responsável pela qualidade das águas em todo o nosso Estado, desde a proteção dos mananciais até a fiscalização da sua qualidade, passando pela balneabilidade de nossas praias e pela concessão de outorgas para utilização dos recursos hídricos. Além da água, responde pela preservação de toda a biodiversidade e dos outros recursos naturais do Espírito Santo. E hoje o Iema aproveita para lembrar que prioriza a educação ambiental, que envolve todas as suas ações, sempre voltadas para um desenvolvimento sustentável.

Instituto Estadual de Meio Ambiente
e Recursos Hídricos – IEMA

SECRETARIA
DO MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS

GOVERNO DO ESTADO

ESPIRITO SANTO
A HORA É ESSA

www.es.gov.br

AJ13539-6



Divulgação

As lavouras de café e a extração e beneficiamento de mármore e granito são os setores que mais consomem água

Arranjos produtivos dependem da água

A EXIGÊNCIA DE GRANDE QUANTIDADE DE ÁGUA POR ALGUNS ARRANJOS PRODUTIVOS GERA A NECESSIDADE DE CONSCIENTIZAÇÃO

A água é um elemento fundamental para o bom desempenho dos arranjos produtivos estruturados no Espírito Santo. A afirmação é do diretor do Instituto Futura, Orlando Caliman, que participou do Encontro das Águas como expositor do tema 'O Valor e a Presença da Água nos Produtos Capixabas - Mercados Inter-

nos e Externos'.

Os principais arranjos produtivos no Estado são: mármore e granito, metal-mecânico, florestal moveleiro, confecções, turismo, fruticultura, café, logística/comércio exterior, agricultura e pesca.

ARRANJOS CONSOMEM GRANDE QUANTIDADE

DE ÁGUA

Segundo Caliman, esses arranjos demandam uma quantidade muito grande de água. O de rochas ornamentais é um bom exemplo da importância da água.

Os processos de extração das rochas (mármore e granito) e de processamento e beneficiamento

demandam elevado consumo de água. "É preciso conscientizar a população para a característica de finitude da água", alerta.

Em sua apresentação ele destacou a necessidade de um desenvolvimento sustentável, para que não haja falta de água e também evitar que os resíduos, altamente poluen-

tes, sejam despejados nos leitos dos rios.

Caliman defende o consumo sustentável, que quer dizer saber usar os recursos naturais para satisfazer as nossas necessidades, sem comprometer as necessidades das futuras gerações.

"Nossa formação econômica não foi pródiga no

questo ambiental. Ela se deu no fulcro dos vales e bacias, a começar pelo Sul do Estado. A água ainda não foi incorporada enquanto parte da nossa cultura. Para o Espírito Santo, a água é fator decisivo para a sustentabilidade do desenvolvimento e de sua melhor distribuição territorial", disse Caliman.

Duas bacias apenas abastecem a Grande Vitória

Um dado apresentado por Caliman comprova essa preocupação. Apenas duas bacias, as dos rios Jucu e Santa Maria, são responsáveis pelo abastecimento da Grande Vitória, que concentra 64% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual e 50% da população do Estado.

Isso fortalece a necessidade de medidas que garantam esse abastecimento, como a recuperação e preservação dos mananciais, já que o cenário aponta para o crescimento populacional e o incremento da atividade econômica.

FLORESTAS

O Governo do Estado está elaborando um projeto voltado para essas duas bacias. Trata-se do Projeto Florestas Para a Vida, que tem como objetivo a recuperação ambiental e conservação de águas nas bacias dos Rios Jucu e Santa Maria. O projeto está orçado em US\$ 13 milhões e o GEF (Global Environment Facility - que é um fundo global para a área de meio ambiente, administrado pelo Banco Mundial) já

garantiu mais US\$ 4 milhões que serão liberados pelo Banco Mundial, a partir do próximo ano, após ser concluída a fase de preparação do projeto.

O Florestas para a Vida vai amenizar os impactos negativos que o desmatamento causou aos ecossistemas das bacias dos rios Santa Maria e Jucu, atendendo aos objetivos de desenvolvimento sustentável da região.

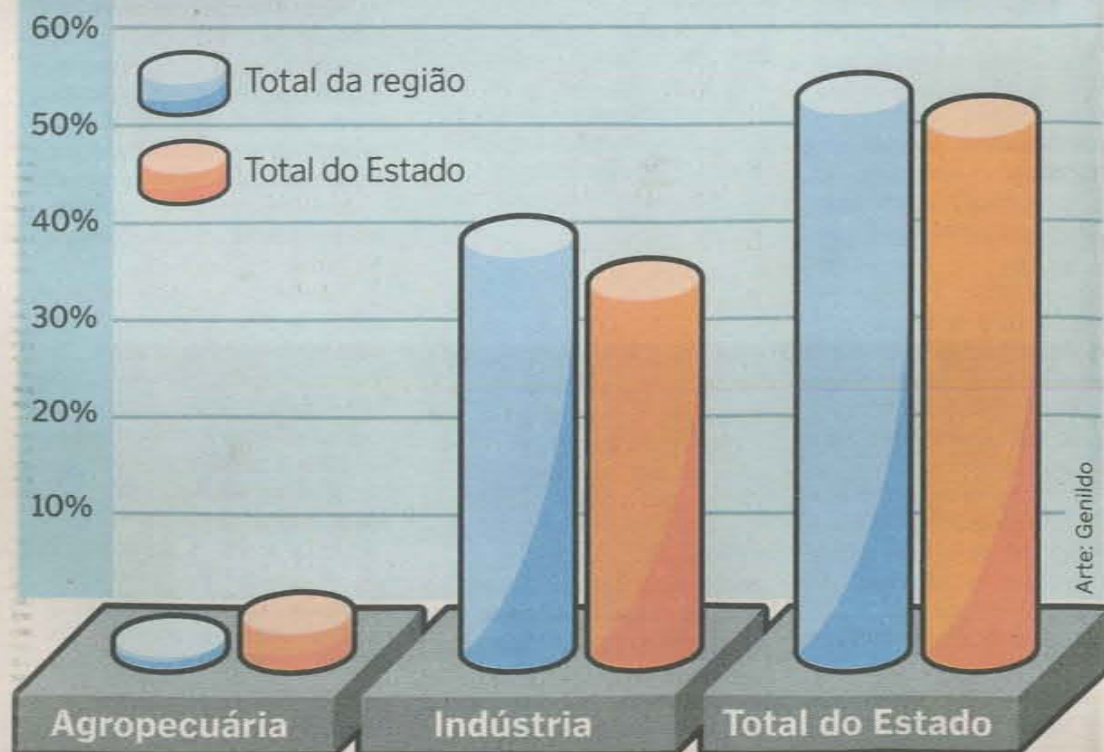
Com o Florestas para a Vida, o objetivo é atuar na fonte dos mananciais. "A questão dos recursos naturais é internacional. E no Brasil nós constatamos que já há situações mais graves em relação à oferta de água em regiões metropolitanas como as do Recife e de São Paulo. Temos que nos antecipar ao crescimento populacional da região metropolitana e promover ações de médio e longo prazo, para garantir o desenvolvimento sustentável", afirma o secretário de Economia e Planejamento do Estado, Guilherme Dias, coordenador do projeto.



Kikina Sessa
Caliman chamou a atenção para a necessidade de medidas que garantam o abastecimento da Grande Vitória

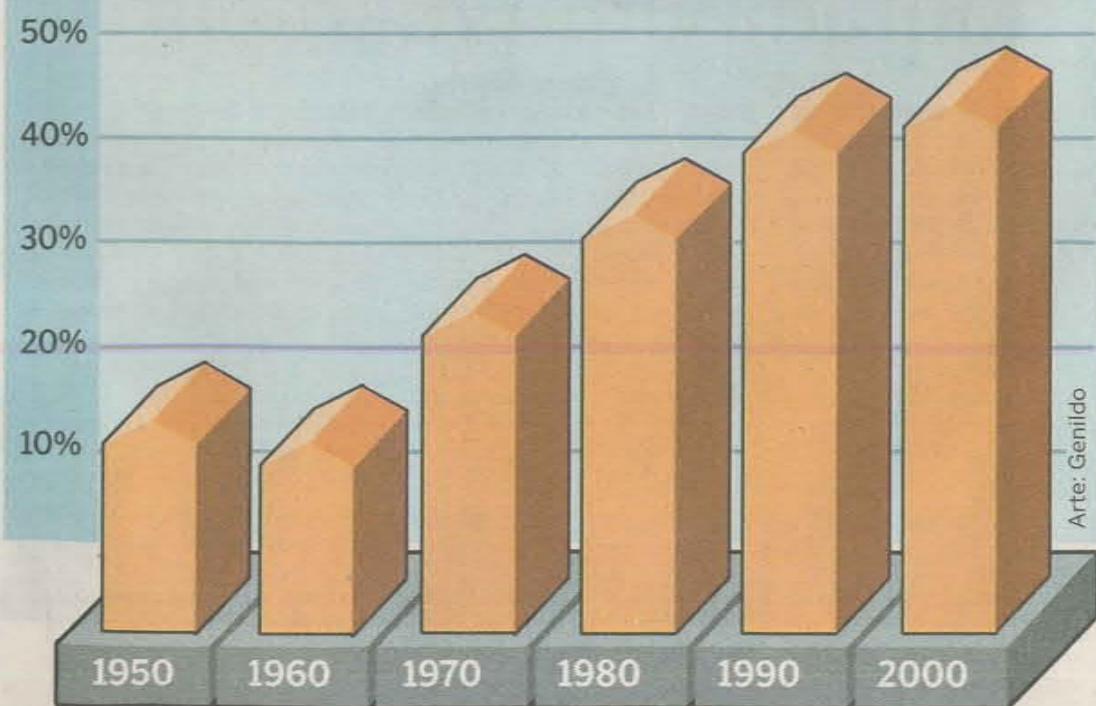
BACIAS DO JUCU E SANTA MARIA

Composição do PIB 2002



BACIAS DO JUCU E SANTA MARIA

Distribuição da população



Gestão de recursos hídricos ainda gera dúvidas

A IMPORTÂNCIA DA INSTALAÇÃO DOS COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS E DA OUTORGA PARA O USO DA ÁGUA FOI DESTACADA PELO DIRETOR-PRESIDENTE DA CESAN

O encerramento do evento Encontro das Águas se deu com um debate aberto ao público, que contou com a participação de palestrantes e mediadores. Apesar de todos os esclarecimentos, os participantes ainda têm muitas dúvidas de como vai ocorrer a gestão dos recursos hídricos, principalmente o instrumento cobrança.

O tema do evento foi Água e o Desenvolvimento Econômico e Social do Espírito Santo. O diretor-presidente da Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan), Paulo Ruy Carnelli, foi

um dos debatedores do evento e destacou a importância da instalação dos comitês das bacias hidrográficas e da outorga para o uso da água.

AÇÕES TÊM QUE ANTECIPAR SOLUÇÕES PARA DEGRADAÇÃO

“Não podemos esperar que os problemas se agravem, com a degradação dos mananciais, para começarmos a agir. Precisamos avançar rápido na instalação dos comitês e realizar as outorgas para incentivar o uso sustentável da água”, afirmou.

“É fundamental a realização de eventos desse porte, que promovam essa discussão do uso correto da água e levem ao entendimento do que é o tratamento de esgoto”, disse Paulo Ruy.

Segundo ele, a Cesan tem investido muito na área de educação ambiental e isso já tem apresentado resultado positivo. Nós temos dois desafios, afirma o diretor-presidente da Cesan: “um é garantir água para o futuro e o outro é conscientizar a população sobre a importância do tratamento do esgoto”.



Kikina Sessa

Paulo Ruy Carnelli, diretor-presidente da Cesan falou sobre a importância da criação dos comitês de bacias hidrográficas

Cesan amplia investimentos em saneamento

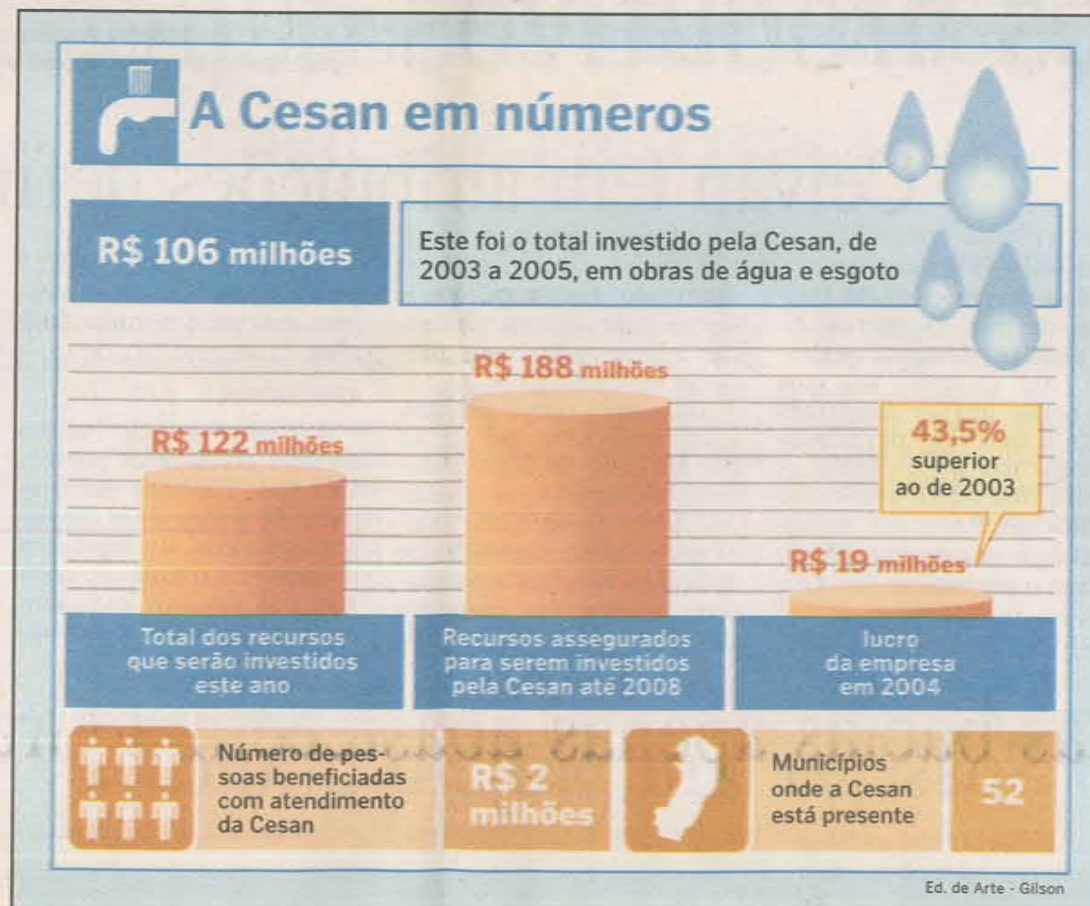
Afinada com o tema central do evento Encontro das Águas, que abordou a importância da água para o desenvolvimento econômico e social, confirmando a tese de que saneamento e infraestrutura são fundamentais para atrair projetos e promover o desenvolvimento do Estado, a Cesan tem ampliado seus investimentos em saneamento básico, garantindo abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto.

A empresa investiu R\$ 106 milhões em obras para ampliar a cobertura de atendimento com serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto na Grande Vitória e interior do Estado, no período 2003/2005. Só neste ano a previsão é de que sejam sendo investidos cerca de R\$ 122 milhões e já estão assegurados, junto à Caixa Econômica Federal e ao Banco Mundial, aproximadamente R\$ 188 milhões, até 2008.

RESULTADOS POSITIVOS GARANTEM CRÉDITO

A empresa apresentou resultado positivo nos últimos dois anos e voltou a ter crédito junto a importantes instituições financeiras. Fechou o balanço 2004 com lucro de R\$ 19 milhões, 43,5% superior ao resultado obtido em 2003, quando o lucro foi de R\$ 13,2 milhões. Os números mostram a recuperação da Cesan, que depois de sete anos consecutivos de prejuízos, voltou a ter lucro e a investir em obras com recursos próprios, beneficiando, aproximadamente, dois milhões de pessoas, nos 52 municípios onde está presente.

A Cesan investiu ainda em pessoal. Nesta administração, realizou dois concursos públicos, contratando 151 profissionais, o que aumentou a capacidade da Companhia, para atender com maior eficiência às demandas e garantir a qualidade dos serviços prestados à população.



Projeto Águas Limpas beneficiará 65 mil pessoas

O projeto Águas Limpas, lembra o diretor-presidente da Cesan, Paulo Ruy Carnelli, o mais importante projeto de saneamento do Estado, já é uma realidade. As obras começaram em outubro, com a implantação dos sistemas de esgotamento sanitário de Nova Almeida, na Serra, e de Praia Grande, em Fundão, um investimento de R\$ 14 milhões, que vai beneficiar diretamente mais de 65 mil pessoas.

O esgoto, devidamente tratado, terá o seu efluente lançado no Rio Reis Magos, evitando a contaminação das praias dos balneários.

RECUPERAÇÃO FINANCEIRA AJUDA A OBTER CRÉDITOS

A recuperação financeira da Cesan teve papel relevante nas negociações do empréstimo de US\$ 36 milhões conseguido pelo Governo do Estado junto



Divulgação
Guarapari foi uma das cidades beneficiadas pelos investimentos que a Cesan está fazendo em todo o Estado

Oferta de água é dobrada em Guarapari

As obras de ampliação da Estação de Tratamento de Água de Guarapari foram inauguradas em janeiro. Um investimento de R\$ 2 milhões, que dobrou a produção de água e equacionou o problema de turbidez em períodos de chuva intensa. Já as estações de Tratamento de Água de Cobi e Duas Bocas foram recuperadas, garantindo a eficiência no abastecimento e no processo de tratamento.

As obras de revestimento e canalização do Rio Itanguá, em Cariacica, que estão em andamento, vão evitar inundações nos bairros situados ao longo do Canal. O investimento é de R\$ 7,8 mi-

lhões. Em Anchieta-Sede, estão em andamento as obras de implantação do sistema de esgotamento sanitário do município.

No município de Santa Teresa, o sistema de esgotamento sanitário ficou pronto e já está em funcionamento, beneficiando 83% da população urbana. O investimento, de cerca de R\$ 6 milhões – recursos da Caixa Econômica Federal (CEF) e Cesan – vai contribuir para a melhoria da qualidade de vida, o turismo e o desenvolvimento da cidade, além dos benefícios diretos para a saúde da população, com a redução dos índices de doenças de

veiculação hídrica.

Tiveram início este mês as obras de ampliação e melhorias do sistema de abastecimento de água de Castelo. Em São Gabriel da Palha e Irupi, as obras para melhorar o abastecimento começam em dezembro. A Cesan está iniciando, também, a ampliação da ETA de São Gabriel da Palha e a construção de um reservatório em São José do Calçado. Já as obras de Nova Venécia estão sendo licitadas. As obras de ampliação e melhorias do sistema de esgotamento sanitário de Castelo foram concluídas e as de Aracê estão em fase de licitação.

Interior recebe R\$ 100 milhões de investimentos

Em municípios do interior, a Cesan investiu no ano de 2005 recursos da ordem de R\$ 10 milhões, para melhorar o abastecimento de água e R\$ 7 milhões em esgotamento sanitário.

Além das obras, a Cesan investiu muito para melhorar o atendimento aos clientes: reformou escritórios, implantou o novo sistema integrado de comercialização de atendimento, adquiriu 335 computadores, 96 carros e 36 motos.

Ampliou ainda, nos últimos três anos, as ações de educação ambiental, com a visita às instalações da empresa de 438 escolas e mais de 14 mil estudantes, que conheceram os processos de tratamento de água e esgoto, além de receberem informações sobre o uso racional da água e a importância do saneamento.

INVESTIMENTOS EM 2003/2004

O equilíbrio nas contas possibilitou à Cesan investir o montante de R\$ 66 milhões em 2003 e 2004. Foram concluídas cinco estações de tratamento de esgoto nos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Guarapari e Domingos Martins, importantes obras de saneamento que se arrastavam há 12 anos. A decisão do Governo possibilitou a operacionalização das redes do Prodespol/Prodesan.

A Cesan realizou também as obras emergenciais de dragagem do Rio Marinho, no valor de R\$ 1,2 milhão, bene-

ficiando comunidades de Vila Velha e Cariacica atingidas por alagamentos nos períodos de chuva intensa. Foram investidos ainda R\$ 2,7 milhões na construção de uma adutora de água tratada, atendendo a 43 bairros de Cariacica e Viana, que enfrentavam graves problemas de abastecimento, principalmente no verão.

No município de Guarapari foi construída uma nova adutora de água tratada, levando água de melhor qualidade a Meaípe e Nova Guarapari. O investimento foi de R\$ 2,1 milhões, beneficiando uma população de 13 mil pessoas, além dos turistas que freqüentam o balneário. Em Vitória, foram realizadas obras de reforço no sistema de abastecimento de água dos bairros Conquista, Resistência, Mata da Praia e Jardim Camburi, no valor total de R\$ 1,88 milhão.

Das obras realizadas no interior destacam-se os sistemas de esgotamento sanitário de Castelo, com investimentos da ordem de R\$ 3 milhões, e de Santa Teresa, onde foram investidos R\$ 6 milhões para atender à população e despoluir o Rio Timbuí. Pequenas localidades do interior também foram beneficiadas com obras de saneamento básico, através do Pró-Rural, como Caramuru, em Santa Maria de Jetibá; Linda Aurora, em Atilio Vivácqua e Água Boa, em Mucurici. Já estão na programação da Cesan mais 28 localidades.

US\$ 36 milhões conseguido pelo Governo do Estado junto ao Banco Mundial (BIRD), para o Projeto Águas Limpas. A contrapartida, no valor de US\$ 26 milhões, será paga pela Companhia. Estão previstos investimentos no valor global de US\$ 62 milhões.

As obras vão beneficiar a população dos sete municípios da Região Metropolitana: Vitória, Vila Velha, Cariacica, Viana, Serra, Fundão e Guarapari. O Águas Limpas vai levar água ou melhorar o fornecimento para 1,6 milhão de capixabas.

Serão feitas ainda 53 mil ligações domiciliares de esgoto, atendendo a 658 mil pessoas. As metas da Cesan são universalizar o atendimento com água, que hoje é de 95%, e elevar a cobertura de esgoto tratado de 25% para 60%, até 2008.

INVESTIMENTOS

Em 2005, a Cesan investiu cerca de R\$ 40 milhões em obras de saneamento básico na Região Metropolitana da Grande Vitória e no interior do Estado. Entre as principais obras estão a ampliação da Estação de Tratamento de Água de Carapina, no valor de R\$ 2,3 milhões, que está em fase de conclusão e vai melhorar o abastecimento na Serra e região continental de Vitória; e a construção da adutora do trevo de Laranjeiras até a Estação Elevatória do Civit, iniciada em novembro. O investimento, de R\$ 3,4 milhões, vai solucionar os problemas de abastecimento de água em 40 bairros situados ao longo da BR 101 Norte e Serra-Sede.

Também teve início em outubro de 2005, a construção da adutora de água tratada de Ponta da Fruta, em Vila Velha, uma antiga reivindicação da comunidade. O investimento, de R\$ 4,2 milhões, vai aumentar a oferta de água na região do balneário. A Cesan está executando ainda a substituição de um trecho da adutora, na Avenida Carlos Lindenberg, que abastece a maioria dos bairros de Vila Velha. Esta obra vai solucionar uma fragilidade existente na rede.

Prefeito apresenta experiência do Paraíba do Sul

O CEIVAP ATUA COMO MEDIADOR DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Convidado para participar como palestrante do Encontro das Águas, evento realizado no último dia 7, o prefeito Marco Aurélio Souza, de Jacareí, São Paulo, apresentou a experiência do Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (Ceivap).

O prefeito, que atualmente preside o comitê, falou da atuação do Ceivap como mediador do processo de desenvolvimento sustentável. O Comitê comemora hoje 10 anos, tendo sido criado pelo Decreto Federal nº 1.842, de 22 de março de 1996 e, de acordo com Marco Aurélio, é o fórum democrático e participativo para os debates e decisões descentralizadas sobre as questões relacionadas ao uso das águas da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

SEGMENTOS SOCIAIS E DO PODER PÚBLICO FORMAM COMITÊ

O Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul é constituído por representantes dos poderes públicos, dos usuários e de organizações sociais, com importante atuação para a conservação, preservação e recuperação da qualidade das

águas daquela bacia.

São 60 membros, sendo três da União e 19 de cada estado (RJ/SP/MG) da bacia do Paraíba do Sul, com a seguinte composição: 40% de representantes dos usuários de água (companhias de abastecimento e saneamento, indústrias, hidrelétricas e os setores agrícola, de pesca, turismo e lazer); 35% do poder público (União, governos estaduais e prefeituras) e 25% de organizações civis.

Os membros são eleitos em

fóruns democráticos. A diretoria é formada por presidente, vice-presidente e secretário, com mandato de dois anos.

A sede do Comitê, localizada no município de Resende, no Estado do Rio de Janeiro, abriga o Centro de Documentação da Bacia do Paraíba do Sul, que conta com cerca de 4 mil itens, entre livros, relatórios, monografias, periódicos, mapas, fotografias, vídeos e CDs. Esse acervo encontra-se à disposição do público para consulta.

São atribuições do Ceivap definir as metas de qualidade (enquadramento) para as águas dos rios da bacia; propor diretrizes para a outorga (permissão obrigatória para captar as águas dos rios); aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul e acompanhar sua execução; acompanhar a cobrança pelo uso da água,

cujos critérios e valores a serem cobrados são definidos e aprovados pelo plenário do Comitê.

De acordo com o prefeito, a cobrança deve induzir ao uso racional da água, reduzindo o desperdício e os índices de poluição. Cabe também ao Ceivap decidir onde aplicar os recursos arrecadados. A secretaria executiva do comitê garante os meios

para seu funcionamento e coloca em prática suas decisões.

ASSESSORIA

O Comitê do Rio Paraíba do Sul é assessorado por três Câmaras Técnicas encarregadas de promover as discussões técnicas e preparar o processo de tomada de decisões nos aspectos institucional, planejamento e investi-

mento e educação ambiental.

“Mais do que uma entidade suprapartidária - garante o presidente - o Ceivap é integrado por empresas públicas e privadas e membros da sociedade civil que, juntos, planejam o desenvolvimento e integração; fomentam a recuperação e preservação dos recursos hídricos e praticam conscientização ambiental.



Kikina Sessa

Para Marco Aurélio, o comitê é o fórum democrático e participativo para os debates e decisões sobre recursos hídricos

Ceivap tem atribuições definidas

Cobrança rende R\$ 9,5 milhões

Todo o recurso arrecadado com a cobrança pelo uso da água na Bacia do Rio Paraíba do Sul, em 2004 e 2005, foi repassado pela Agência da Bacia (Agevap), para prefeituras, empresas de saneamento e entidades da bacia, para aplicação em obras, projetos e programas priorizados pelo Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (Ceivap).

Do total de R\$ 9,5 milhões, cerca de R\$ 6,7 milhões foram destinados a ações estruturais para recuperação ambiental da bacia (instalação de estações de tratamento de esgoto e obras de controle de erosão); R\$ 1,6 milhão para elaboração de projetos executivos; e R\$ 1,2 milhão para programas de educação ambiental, mobilização, comunicação social, capacitação técnica e monitoramento da qualidade da água.

Ao todo, foram beneficiadas 18 prefeituras da área da bacia nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, além de 9 entidades, entre instituições de ensino e pesquisa e ONGs ambientalistas.

Córrego Sossego tem projeto piloto

Uma pequena área da porção capixaba da Bacia do Rio Doce está se transformando em modelo de gestão dos recursos hídricos no Estado. É a Bacia do Córrego Sossego, localizada no município de Itarana. Numa área de 65 quilômetros quadrados e abrangendo aproximadamente 200 propriedades rurais, iniciou-se um projeto piloto de desenvolvimento regional sustentável.

No evento Encontro das Águas, o projeto foi apresentado pelo professor da Universidade Federal do Espírito Santo, Edmilson Costa Teixeira. Segundo ele, o objetivo principal é desenvolver um modelo para estimular e fortalecer as atividades produtivas que utilizam os recursos hídricos da Bacia do Córrego do Sossego, de forma sustentável, tomando como referência as bases do processo de gestão de recursos hídricos.

EMPRESAS E PRODUTORES RURAIS SÃO O PÚBLICO ALVO

O público alvo do projeto são empresas, produtores rurais, comunidade e demais membros da sociedade civil organizada, em particular aqueles que desenvolvem atividades com o uso de recursos hídricos na zona rural da Bacia do Rio Doce, tendo como referência o Córrego do Sossego.

O projeto piloto começou em 2002, por meio de um estudo de avaliação de disponibilidade e demanda hídrica, onde foi constatada a existência de conflitos entre produtores rurais durante a estiagem, dificultando o acesso à água.

A partir daí, os estudos se con-



Kikina Sessa

Edmilson quer estimular e fortalecer as atividades produtivas que utilizam os recursos hídricos da Bacia do Córrego do Sossego

centraram em duas questões: aumentar a disponibilidade hídrica ou aumentar a efetividade quanto ao uso dos recursos hídricos?

RESULTADOS

De acordo com o professor, o projeto está em andamento e os resultados esperados até 2008 são: aumentar a relação produtividade/m³ de água consumido; melhorar a renda do produtor rural e de sua família; reduzir o índice de esquistossomose; aumentar a cobertura florestal na-

tiva/floresta plantada e garantir vazão mínima no Córrego do Sossego.

Os enfoques abordados são a racionalização no uso da água e demais recursos naturais; a promoção da agroecologia (alternativa à agricultura tradicional); promoção de práticas que resultem na conservação, preservação e recuperação de áreas de contribuição hídrica, capacitação técnica, educação ambiental, estímulo à visão empreendedora, fortalecimento da cultura da associação e cooperação, vi-

são empresarial no empreendimento rural, diversificação das atividades produtivas sustentáveis, incentivo, disseminação e agilização do processo de acesso ao crédito a empreendimentos afinados com a visão de desenvolvimento sustentável; apoio para a adequada utilização dos recursos nas atividades produtivas, promoção do acesso à informação, articulação, harmonização e aplicação de políticas públicas, visando a integração e a otimização das ações e a efetividade nos resultados.



Colatina vai sediar Fórum das Águas do Rio Doce

Nos próximos dias 29, 30 e 31 acontece em Colatina o II Fórum das Águas do Rio Doce. A Praça do Sol Poente será o palco desse evento, que contará com palestras, encontros, cursos, oficinas e mostras envolvendo o Rio Doce.

A Bacia Hidrográfica do Rio Doce possui 83,4 mil quilômetros

quadrados, abrangendo um total de 228 municípios, sendo 202 em Minas Gerais e 26 no Espírito Santo. Até o final deste ano, a Bacia do Rio Doce terá uma agência destinada a executar as regulamentações do Comitê da Bacia do Rio Doce. A agência garantirá a aplicação dos recursos destinados à realização de outorga para o uso

da água.

PÚBLICO TERÁ ACESSO GRATUITO AOS DEBATES

O Fórum das Águas é aberto ao público gratuitamente e oferece à sociedade a oportunidade para conhecer os resultados e debates de diversos aspectos relacionados à gestão das águas do Rio

Doce. O

O I Fórum das Águas do Rio Doce foi realizado no período de 29 a 31 de março de 2005, na cidade de Governador Valadares, Minas Gerais, e apresentou como tema central a 'Unidade e Maturação' da Bacia, reunindo cerca de 25 mil pessoas que circularam pelos diversos espaços

oferecidos.

A segunda edição do Fórum das Águas do Rio Doce traz como emblema a frase "Eu sou do Doce!", como uma chamada à busca de identidade e conseqüente elevação da auto-estima dos habitantes daquela região de grande relevância econômica, social, ambiental e cultural do País.

Os comitês de bacias hidrográficas terão atenção especial no II Fórum das Águas do Rio Doce, uma vez que possuem em seu bojo todos os segmentos da sociedade. São eles os parlamentos das águas da bacia e representam o verdadeiro sentido da gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos.

AJ13539-9



Carta do Encontro das Águas

VITÓRIA, 7 DE MARÇO DE 2006

A água é um bem natural indispensável à manutenção da vida e às atividades humanas. É um recurso renovável que vem sofrendo degradação, o que coloca em risco a integridade dos ecossistemas, a sustentabilidade dos processos produtivos e a qualidade de vida dos seres vivos;

Considerando que a evolução, a sobrevivência e expansão do homem só foram possíveis pelo aprofundamento do conhecimento da água, pela aprendizagem de processos para garantir o seu acesso cotidiano, por uma interação constante entre a espécie humana e a água;

Considerando que a água é um bem público, dotado de valor econômico o qual deve ser reconhecido por todos, sendo cada um responsável pela sua economia e cuidados na utilização;

Considerando que as intervenções no ciclo da água têm efeitos em cadeia que podem condicionar ou afetar gravemente o funcionamento sistêmico sobre os recursos naturais e induzir efeitos catastróficos sobre a população, tais como inundações, envenenamento das águas ou exaustão de aquíferos;

Considerando que a água deve atender aos múltiplos usos, com qualidade mantida em níveis adaptados às utilizações e, em especial, deve satisfazer as exigências da saúde pública sem

papel essencial para o equilíbrio do ciclo hidrológico, para preservação da biodiversidade e para a conservação da água e do solo;

Considerando o teor das discussões promovidas pela Rede Gazeta em parceria com o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

Os participantes do Encontro das Águas, reunidos no dia 07 de março de 2006, no auditório da Rede Gazeta de Comunicações, Vitória, ES, reconhecem que:

1. É imprescindível assegurar o acesso à água a cada um dos cidadãos, independentemente da condição sócio-econômica na qual se encontrem.

2. Os recursos hídricos devem ser objetos de análise, necessitando de ações efetivas de fiscalização e de monitoramento dos seus aspectos qualitativos e quantitativos;

3. Há necessidade de se investir em atividades de pesquisa, de diagnósticos, de formação técnica e na implantação do sistema de informações de recursos hídricos, a fim de garantir maior acesso às informações inerentes à gestão dos recursos hídricos, assim como de seus aspectos físicos, hidrológicos, sócio-econômicos e de disponibilidade hídrica, de forma a aumentar o conhecimento da sociedade;

4. É de responsabilidade do Estado embasar

tação de seus instrumentos, orientados por processos de planejamento;

6. A gestão dos recursos hídricos deve ser inserida no âmbito da bacia hidrográfica ou regiões hidrográficas, evitando as fronteiras administrativas e políticas;

7. A educação ambiental deve ser promovida como centro das relações sociais, sensibilizando toda a sociedade, promovendo atitudes ecologicamente corretas para a conquista da efetiva gestão participativa e integrada dos recursos hídricos;

8. A gestão participativa deve ser pautada na transparência e eficiência;

9. A organização e mobilização da sociedade civil devem ser promovidas para a preservação e a defesa das águas e das espécies que delas dependem e para a promoção do desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente justo, gerando oportunidade, renda e bem estar;

10. Deve ser estimulada a realização de outros eventos de igual conteúdo, a fim de difundir e esclarecer a importância da participação da sociedade em todas as instâncias de discussão da gestão integrada e participativa dos recursos hídricos;

11. A gestão social das águas deve ser efetiva, assegurando o cumprimento das leis am-

curso hídricos e do saneamento ambiental necessitam estar integrados às demais políticas públicas, fortalecendo o poder local, as empresas públicas e os mecanismos de controle social dos serviços, reforçando a cooperação entre os entes federados e a participação da sociedade civil organizada. Para isso, o planejamento e a gestão participativa com referência nas bacias hidrográficas, são fundamentais, bem como a revitalização e o reforço dos sistemas públicos de água para assegurar os níveis de qualidade e de eficiência desejados.

13. É de responsabilidade do Estado garantir a segurança das populações de eventos críticos, de causas naturais ou provocadas, através de infra-estruturas e serviços;

14. É princípio da gestão o comprometimento de todos os usuários com o uso sustentável da água, incluindo a concepção da cobrança pelo seu uso como um instrumento adotado para gestão de recursos hídricos, independentemente de eventuais ou outras compensações financeiras a que estejam sujeitos.

15. É fundamental garantir que os recursos advindos da cobrança pelo uso da água sejam aplicados diretamente na bacia arrecadadora, de acordo com os planos de bacias previamente aprovados pelos comitês de bacias hidrográficas.

vel pela sua economia e cuidados na utilização;

Considerando que as intervenções no ciclo da água têm efeitos em cadeia que podem condicionar ou afetar gravemente o funcionamento sistêmico sobre os recursos naturais e induzir efeitos catastróficos sobre a população, tais como inundações, envenenamento das águas ou exaustão de aquíferos;

Considerando que a água deve atender aos múltiplos usos, com qualidade mantida em níveis adaptados às utilizações e, em especial, deve satisfazer as exigências da saúde pública sem comprometer as utilizações que dela serão feitas posteriormente;

Considerando que a manutenção de uma cobertura vegetal apropriada e o uso adequado de planejamento do solo são essenciais para a conservação dos recursos hídricos, ao exercer um

análise, necessitando de ações efetivas de fiscalização e de monitoramento dos seus aspectos qualitativos e quantitativos;

3. Há necessidade de se investir em atividades de pesquisa, de diagnósticos, de formação técnica e na implantação do sistema de informações de recursos hídricos, a fim de garantir maior acesso às informações inerentes à gestão dos recursos hídricos, assim como de seus aspectos físicos, hidrológicos, sócio-econômicos e de disponibilidade hídrica, de forma a aumentar o conhecimento da sociedade;

4. É de responsabilidade do Estado embasar a gestão da água num planejamento participativo pautado na transparência e funcionalidade, dotado da estrutura e dos recursos científicos, tecnológicos e financeiros adequados;

5. A eficiência da gestão dos recursos hídricos deve ser considerada mediante a implemen-

e a defesa das águas e das espécies que delas dependem e para a promoção do desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente justo, gerando oportunidade, renda e bem estar;

10. Deve ser estimulada a realização de outros eventos de igual conteúdo, a fim de difundir e esclarecer a importância da participação da sociedade em todas as instâncias de discussão da gestão integrada e participativa dos recursos hídricos;

11. A gestão social das águas deve ser efetiva, assegurando o cumprimento das leis ambientais e dos acordos de proteção ao meio ambiente que tratam da questão da água, considerando necessária a participação da sociedade em comitês;

12. Para o desenvolvimento sustentado e a prosperidade dos cidadãos, as gestões dos re-

14. É princípio da gestão o comprometimento de todos os usuários com o uso sustentável da água, incluindo a concepção da cobrança pelo seu uso como um instrumento adotado para gestão de recursos hídricos, independentemente de eventuais ou outras compensações financeiras a que estejam sujeitos.

15. É fundamental garantir que os recursos advindos da cobrança pelo uso da água sejam aplicados diretamente na bacia arrecadadora, de acordo com os planos de bacias previamente aprovados pelos comitês de bacias hidrográficas.

16. Deve ser incentivada a participação da sociedade civil na denúncia de qualquer manipulação dos interesses comunitários, por parte de grupos submissos a interesses governamentais ou empresariais que possam prejudicar os interesses coletivos.



Brasil elabora "Bíblia das Águas"

A CONTAMINAÇÃO DAS
ÁGUAS POR FALTA DE
SERVIÇOS SANITÁRIOS LEVA À
MORTE MILHÕES DE
CRIANÇAS TODOS OS ANOS

Há exatos dois anos, por ocasião do Dia Mundial das Águas, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançava um preocupante alerta: entre a população mundial, cerca de 1,2 bilhão de pessoas não têm água de qualidade para beber, enquanto 2,4 bilhões de seres humanos não têm serviços sanitários adequados, o que leva à morte milhões de crianças, todos os anos, por doenças causadas pela contaminação das águas.

Com a contínua emissão de gases poluentes por parte dos países mais industrializados, o gelo das calotas polares está derretendo em velocidade crescente, o que faz o nível do mar subir e assustar os estudiosos do mundo inteiro. Nos próximos 100 anos, estima-se que o mar subirá em média um metro. Mesmo que a emissão de gases fosse totalmente interrompida hoje, isso seria inevitável. A natureza, livre dos ataques, levaria muito mais tempo para se recompor.

'BÍBLIA' INTENSIFICARÁ CONTROLE

No Brasil, o Governo Federal apresentou, no último dia 3 de março, o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), já cha-

mado de 'A Bíblia das Águas do Brasil'. O PNRH foi elaborado pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (SRH/MMA), com o acompanhamento constante do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e o apoio da Agência Nacional de Águas (ANA).

Organizações da sociedade civil e ONGs ambientalistas, com destaque para o WWF-Brasil, também tiveram participação na elaboração do PNRH.

COMO É

O plano é composto de quatro volumes: I - Panorama Nacional dos Recursos Hídricos no Brasil; II - Estado dos Recursos Hídricos no Brasil; III - Cenários; IV - Programas Nacionais e Metas.

Para o presidente Lula, a participação popular foi essencial na elaboração do PNRH. "Trata-se do desfecho de um processo que envolveu, ao longo de três anos, 7 mil pessoas em debates e consultas realizados em todo o território nacional, nas três esferas da Federação: cidades, estados e a União", assinalou Lula.



O assoreamento, principalmente nas barras, está fazendo com que muitos rios não consigam chegar ao mar

Gildo Loyola

Rios perdem contato com o mar

Segundo a rede WWF, grande parte dos maiores rios do mundo está perdendo sua conexão com o mar. Quase 1/4 dos rios está em risco de desconectar-se dentro dos próximos 15 anos. De acordo com um relatório da rede, apenas 1/3 dos 177 grandes rios do mundo (de 1

grandes afluentes de rios como o Congo, o Amazonas e o Lena.

RELATÓRIO DIZ QUE SITUAÇÃO É AMEAÇADORA

O relatório 'Rios em Curso Livre - Luxo Econômico ou Necessidade Ecológica?' mostra que a crescente perda

curso natural sem compreender o custo total dessa perda, antes que seja tarde demais", disse o co-autor do relatório, Ute Collier.

"É irrefutável a importância dos rios e de suas águas para a vida das pessoas e para o desenvolvimento do País. No entanto, a degradação de

dos rios, compatibilizando os seus diversos usos, como o abastecimento de água", alertou Samuel Barreto, coordenador do programa 'Água para a Vida', do WWF-Brasil.

O WWF afirma que não se deve subestimar a ameaça à fauna por causa das represas dos rios. Grandes populações

CONTROLE

No Brasil, o Governo Federal apresentou, no último dia 3 de março, o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), já cha-

tres anos em discussões em debates e consultas realizados em todo o território nacional, nas três esferas da Federação: cidades, estados e a União", assinalou Lula.

Plano ajudará o Brasil a cumprir as suas metas

Com a elaboração da 'Bíblia das Águas', o País dá um passo para o cumprimento de uma das metas dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU). O que se busca, internacionalmente, é reduzir pela metade, até 2015, o número de pessoas sem acesso à água potável e ao saneamento básico.

O PNRH torna o Brasil um dos poucos países do mundo e o primeiro país da América Latina a aprovar um plano de recursos hídricos, que parte do princípio da gestão integrada. Fica assim cumprido o compromisso estabelecido com a ONU de que, até 2005, os países membros deveriam elaborar planos nacionais de gestão integrada de recursos hídricos.

CONSCIENTIZAÇÃO

Na opinião da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a elaboração do PNRH demonstra que o Brasil tem consciência da importância do desenvolvimento sustentável e, principalmente, do uso sustentável das nossas águas para a indústria, a agricultura e para o uso dos animais e das pessoas, em bases corretas.

"O país está preocupado em como viabilizarmos as necessidades de todos estes de-

mandantes sem criar problemas em relação aos recursos", enfatizou a ministra. Estão contidas, no PNRH, diretrizes para a gestão dos recursos hídricos no País e a necessidade de criação de comitês e agências estaduais de água nas 12 regiões hidrográficas brasileiras. Serão esses órgãos os responsáveis por traçar planos regionais para a distribuição dos recursos hídricos, e estabelecer instrumentos para o controle do desperdício e da poluição da água.

"Esta foi a primeira etapa. A segunda começa amanhã, quando a sociedade precisa cobrar do governo a implantação do plano", alertou Samuel Barreto, coordenador do Programa Água para a Vida, Água para Todos, do WWF-Brasil.

Segundo Barreto, a instituição apoiou o plano em vários aspectos, mas principalmente subsidiando o debate com relação à conservação dos ecossistemas, em harmonia com o desenvolvimento econômico. O coordenador frisou, porém, que trata-se apenas do primeiro passo. "Esta foi a primeira etapa. A segunda amanhã, quando a sociedade precisa cobrar do governo a implantação do plano", alertou Barreto.

Segundo a rede WWF, grande parte dos maiores rios do mundo está perdendo sua conexão com o mar. Quase 1/4 dos rios está em risco de desconectar-se dentro dos próximos 15 anos. De acordo com um relatório da rede, apenas 1/3 dos 177 grandes rios do mundo (de 1 mil km ou mais) seguem fluindo livremente, sem obstáculos como diques e outras barreiras.

Na realidade, só 21 deles correm livremente desde suas nascentes até o mar, enquanto os outros 43 são

grandes afluentes de rios como o Congo, o Amazonas e o Lena.

RELATÓRIO DIZ QUE SITUAÇÃO É AMEAÇADORA

O relatório 'Rios em Curso Livre - Luxo Econômico ou Necessidade Ecológica?' mostra que a crescente perda de rios em curso livre é uma tendência perturbadora, pois ameaça o abastecimento de água potável, saneamento, agricultura e pesca.

"Com tão poucos rios longos de curso livre, estamos a ponto de perder um outro re-

curso natural sem compreender o custo total dessa perda, antes que seja tarde demais", disse o co-autor do relatório, Ute Collier.

"É irrefutável a importância dos rios e de suas águas para a vida das pessoas e para o desenvolvimento do País. No entanto, a degradação de um rio é como uma veia entupida de uma pessoa, pode levá-la à morte.

Para mudar esse cenário, é preciso ampliar a conscientização junto aos governos sobre a manutenção e a recuperação dos regimes naturais

dos rios, compatibilizando os seus diversos usos, como o abastecimento de água", alertou Samuel Barreto, coordenador do programa 'Água para a Vida', do WWF-Brasil.

O WWF afirma que não se deve subestimar a ameaça à fauna por causa das represas dos rios. Grandes populações de bagres na Amazônia e nas bacias de Mekong, golfinhos do rio na bacia de Ganges e o wildebeest, animal que habita as margens do rio de Mara, estão ameaçados pelos efeitos de barreiras construídas pelo homem nesses rios.

Brasil apresenta avanços, mas ainda tem problemas gigantescos

O Brasil, país que detém a maior concentração de água doce do mundo, tem resultados positivos para apresentar no IV Fórum Mundial das Águas, que termina hoje, no México. Os avanços, desde o Fórum anterior, ocorrido no Japão, em 2003, podem ser verificados, principalmente na gestão dos recursos hídricos.

Acontece que os problemas também têm dimensão gigantesca. Os grandes desafios são criar condições para evitar o desperdício, aumentar o acesso à água potável e reduzir a poluição dos mananciais.

NORTE DETÉM MAIOR PARTE DOS RECURSOS HÍDRICOS

Outras dificuldades estão ligadas ao fato de que dos 12% do total mundial que estão no Brasil, a maior parte está na Região Norte, onde se dá a menor concentração populacional do Brasil.

Enquanto isso, o Nordeste sofre com a escassez, o Centro-Oeste desperdiça água demais com a agricultura, que em todo o País consome 69% da água. Desse percentual, mais da metade é desperdiçada com práticas ineficientes. Já no Sul e no Sudeste muitas empresas chegam a desistir de tratar a água, tamanha a sua sujeira.

ESGOTOS

De acordo com dados do IBGE, 80% dos esgotos são



Ivan Batista

A grande maioria dos rios brasileiros ainda recebe enorme carga de dejetos e esgotos domésticos

lançados direto nas águas, sem nenhum tipo de tratamento. Em apenas quatro anos, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) teve que elevar em 40% o volume de produtos químicos usados no tratamento da água, enquanto a alta na produção ficou em tímidos oito por cento.

Já em relação a retrocessos brasileiros no setor, é importante citar o aumen-

to das termelétricas, quando se considera mundialmente a vantagem de investir-se em hidrelétricas, que podem usar a água para produzir energia mais barata e limpa.

TERMELÉTRICAS

A metade da produção de energia contratada no último leilão do setor, no ano passado, será produzida por termelétricas, segundo o ex-presidente da ANSA e

atual diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, num aumento de 30%.

"As termelétricas lançarão na atmosfera, a cada ano, 4 milhões de toneladas de CO2. A energia também ficou mais cara em R\$ 2 bilhões e os consumidores é que vão pagar por isso", lamenta Kelman, que é hoje uma das maiores autoridades do mundo na área de energia.

PROJETO DE MARKETING

Diques afetam a pesca

OS MAIORES RIOS DE FLUXO LIVRE PODEM SER ENCONTRADOS NA ÁSIA, NA AMÉRICA DO SUL E NA AMÉRICA DO NORTE

A construção de diques pode reduzir a quantidade de peixes nativos em um rio, afetando diretamente a produtividade da pesca, abaixo e acima. Com o livre curso dos rios é possível regular a contaminação e nivelar os sedimentos. A carência desse nivelamento resultou na trágica inundação de New Orleans após o furacão Katrina.

"O furacão Katrina foi uma poderosa lembrança da repercussão negativa de rios alterados como o Mississipi", disse Jamie Pittock, diretor do Programa Global de Água Doce do WWF. "A perda desse sedimento necessário para sustentar as áreas alagadas costeiras, devido às represas a montante e à canalização do rio, é um grande fator de devastação e perda de vidas".

LOCALIZAÇÃO

Os maiores rios de fluxo livre se encontram na Ásia, na América do Sul e na América do Norte. A Austrália/Pacífico tem a menor quantidade, apenas três rios, e na Europa, incluindo as áreas a oeste do Ural, só tem um grande rio, o Pechora, na Rússia, que flui livre desde sua

nascente até o mar.

Para o IV Fórum Mundial das Águas, no México, que começou no último dia 16 e termina hoje, o WWF está chamando os governos para melhor proteger o curso livre dos rios e aplicar as recomendações da Comissão Mundial de Represas.

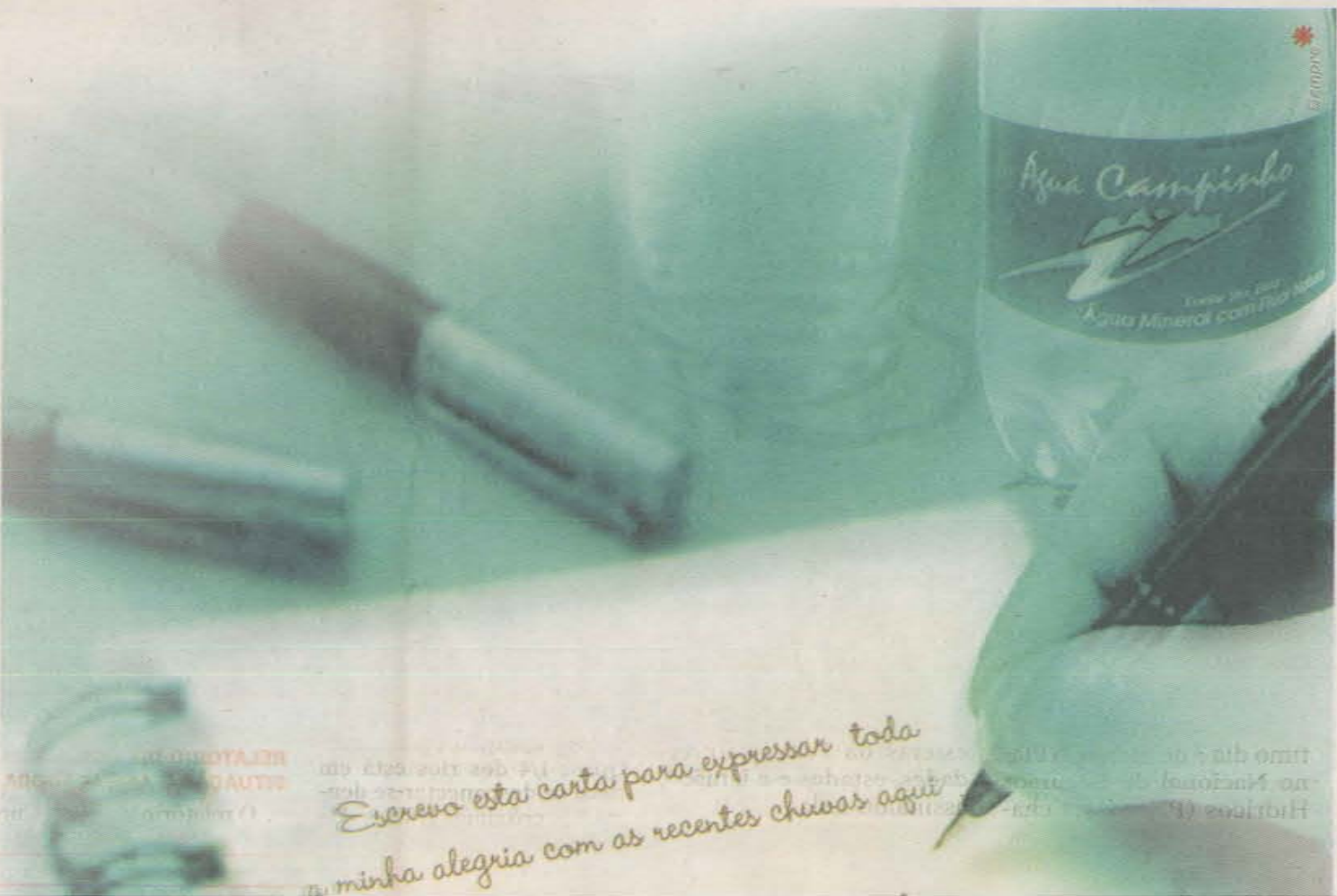
A gestão dos recursos hídricos é, possivelmente, a questão ambiental com maior poder de integração, afetando todos os segmentos da sociedade e passando os diversos usos do solo, tais como a exploração de florestas, agricultura, indústria, mineração, entre outros.

Com a aprovação da lei 9.433 (1997) que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, criou-se uma nova, importante e moderna estrutura para a gestão desses recursos, prevendo processos participativos e novos instrumentos econômicos que promovem o uso mais eficiente da água, como a cobrança pelo seu uso. O Governo Federal criou, em 2000, a Agência Nacional de Águas (ANA), órgão responsável, entre outras coisas, por implementar a nova lei.



Foto AP

A falta de cuidado com o nivelamento do rio foi uma das causas da tragédia provocada pelo furacão Katrina, em New Orleans



do Norte. A Austrália/Pacífico tem a menor quantidade, apenas três rios, e na Europa, incluindo as áreas a oeste do Ural, só tem um grande rio, o Pechora, na Rússia, que flui livre desde sua

mo a cobrança pelo seu uso. O Governo Federal criou, em 2000, a Agência Nacional de Águas (ANA), órgão responsável, entre outras coisas, por implementar a nova lei.

Declaração Universal dos Direitos da Água

Artigo 1º

A Água faz parte do patrimônio do planeta. Cada continente, cada povo, cada nação, cada religião, cada cidade, cada cidadão é plenamente responsável aos olhos de todos.

Artigo 2º

A Água é a seiva do nosso planeta. Ela é a condição essencial de vida de todo ser vegetal, animal ou humano. Sem ela não poderíamos conceber como são a atmosfera, o clima, a vegetação, a cultura ou a agricultura. O direito à água é um dos direitos fundamentais do ser humano: o direito à vida, tal que é estipulado no artigo 3º da Declaração dos Direitos do Homem.

Artigo 3º

Os recursos naturais de transformação da água potável são lentos, frágeis e muito limitados. Assim sendo, a água deve ser manipulada com racionalidade, precaução e parcimônia.

Artigo 4º

O equilíbrio e o futuro de nosso planeta dependem da preservação da água e de seus ciclos. Estes devem permanecer intactos e funcionando normalmente, para garantir a continuidade da vida sobre a Terra. Este equilíbrio depende, em particular, da preservação dos mares e oceanos, por onde os ciclos começam.

Artigo 5º

A Água não é somente uma herança de nossos predecessores; ela é, sobretudo, um empréstimo aos nossos sucessores. Sua proteção constitui uma necessidade vital, assim como uma obrigação moral do homem para com as gerações presentes e futuras.

Artigo 6º

A Água não é uma doação gratuita; ela tem valor econômico: precisa-se saber que ela é, algumas vezes, rara e dispendiosa e que pode muito bem escassear em qualquer região do mundo.

Artigo 7º

A Água não deve ser desperdiçada, nem poluída, nem envenenada. De maneira geral, sua utilização deve ser feita com consciência e discernimento, para que não se chegue a uma situação de esgotamento e/ou deterioração da qualidade das reservas atualmente disponíveis.

Artigo 8º

A utilização da água implica o respeito à lei. Sua proteção constitui uma obrigação jurídica para todo homem ou grupo social que a utiliza. Esta questão não deve ser ignorada nem pelo homem nem pelo Estado.

Artigo 9º

A gestão da água impõe um equilíbrio entre os imperativos de sua proteção e as necessidades de ordem econômica, sanitária e social.

Artigo 10º

O planejamento da gestão da água deve levar em conta a solidariedade e o consumo, em razão de sua distribuição desigual sobre a Terra.

Escrevo esta carta para expressar toda a minha alegria com as recentes chuvas aqui em nossa cidade.

Há mais ou menos 30 anos ainda havia bastante água, mas hoje a situação é bem diferente.

Vivemos um tempo em que os campos já não são mais tão verdes e os rios se transformaram em pequenos riachos. A chuva de ontem foi um verdadeiro milagre, pois a água ficou tão escassa

que virou motivo de guerras. Acabamos com a água no passado e levamos junto o nosso futuro. Falta água, sobram lágrimas...

Vitória, 22 de março de 2036.

22 de março de 2006.

Dia Mundial da Água.

ÁguaCampinho

